Por trás da Intifada do Século XXI - Aufheben

https://decompositions.noblogs.org/files/2022/10/Behind-the-21st-century-intifada.pdf



Uma criança palestina atira uma pedra em um tanque das Forças de Defesa de Israel (IDF). O lançamento de pedras se tornou uma forma comum de rebelião na Palestina desde a primeira Intifada.



Uma cena da revolta de maio de 2021. Um insurgente clandestino agita a bandeira palestina enquanto incêndios queimam nas ruas atrás dele.

"Behind the 21st Century Intifada" (Por trás da Intifada do Século XXI) foi publicado pela primeira vez em 2002 na revista *Aufheben 10*. Embora tenha duas décadas de idade, a análise e a crítica que apresenta ainda são atuais. O artigo oferece uma análise materialista histórica detalhada do colonialismo dos colonos na Palestina e das mudanças na dinâmica da luta de classes racializada na região ao longo do século XX. Ele dá atenção especial à economia política regional e global, à transição para o capitalismo industrial e aos efeitos da crise econômica desde o final da década de 1960. Como os autores demonstram, essas condições históricas continuam a moldar e foram moldadas pela colonização, pela raça e pelo Estado-nação. Por sua vez, a revolta proletária necessariamente assumiu a forma de luta nacional anticolonial e palestina, embora nas últimas décadas os contornos específicos dessa luta tenham mudado em resposta à crise econômica e à estagnação, ao colapso do "processo de paz" e ao papel de governança e policiamento da Autoridade Palestina. O surgimento da *intifada* marca uma virada em direção a tumultos e insurreições mais generalizados.

Muita coisa mudou nos últimos vinte anos, mas muita coisa continua igual. A crise só se aprofundou, especialmente desde o início do bloqueio de Gaza, a crise financeira de 2008, a Guerra de Gaza de 2008 ("Operação Chumbo Fundido"), a Primavera Árabe

mais ampla, a Guerra de Gaza de 2014 ("Operação Margem Protetora") e os protestos na fronteira da Grande Marcha do Retorno de 2018. A revolta palestina de maio de 2021, em resposta às violentas desapropriações e despejos em Sheikh Jarrah e à invasão da mesquita de al-Aqsa pela polícia, gerou temores de uma "terceira intifada". Se o rótulo é apropriado ou não, isso será decidido no decorrer da luta histórica. É apropriado apenas considerar as origens da luta palestina contemporânea, que se encontram no longo século XX de expansão e deflação capitalista.

Introdução

No momento em que estamos no prelo, os EUA estão fazendo um grande esforço para salvar o "processo de paz" de Oslo, como parte central de sua estratégia para mobilizar e impor uma unidade à burguesia mundial por trás da "guerra contra o terrorismo". Isso ocorre depois de um ano em que permitiram que Israel e os palestinos se afundassem em um conflito unilateral, deprimente e sangrento. A percepção do patrocínio dos Estados Unidos ao terrorismo de Estado israelense contra os palestinos é um fator importante na resposta ambivalente ou mesmo de apoio de muitos no Oriente Médio e em outros lugares ao terrorismo dirigido ao coração do poder militar e financeiro americano. Isso deixou o conflito israelense-palestino em evidência, tornando mais urgente do que nunca uma análise das forças que impulsionam a nova Intifada.

Quando o World Trade Centre e o Pentágono foram atacados, a chamada "Intifada de Al Aqsa" já estava em andamento há cerca de um ano e parecia ter sabotado efetivamente a tentativa de paz burguesa representada pelos acordos de Oslo. Isso aconteceu a um custo enorme para o proletariado palestino, que sofreu muito mais mortes e ferimentos do que na Intifada de 1987-93. Em particular, o grande número de fatalidades entre a população palestina dentro de "Israel propriamente dito" trouxe a Intifada para dentro de casa de uma forma nunca vista antes, com lugares como Jaffa e Nazaré explodindo em greves gerais e tumultos, e a estrada principal que atravessa o norte da Galileia repleta de pneus em chamas nos primeiros dias da revolta. Do outro lado da Linha Verde, a política israelense de assassinatos tem aumentado constantemente o número de mortos, com cada dia fornecendo detalhes cada vez mais dessensibilizadores dos horrores do nacionalismo e da repressão.

No entanto, o que realmente diferenciou a recente Intifada da anterior foi a existência de um Estado palestino, cuja função de policiamento e status de cliente foram evidenciados pela revolta. O Estado israelense começou a reocupar as áreas controladas pela

Autoridade Nacional Palestina (ANP), aparentemente de forma temporária. Quaisquer que sejam as intenções finais do Estado israelense, essas incursões serviram como um lembrete brutal para a ANP de que ela é uma criação de Israel, e o que eles criam também podem destruir.

O objetivo deste artigo não é prever futuros desdobramentos do conflito palestino-israelense, mas colocar a recente Intifada no contexto histórico e entendê-la sob a perspectiva da luta de classes. A resposta de muitos ao problema palestino tende a assumir a forma de um apelo abstrato à solidariedade entre trabalhadores árabes e judeus. Ao mesmo tempo, a esquerda leninista legitima a ideologia nacionalista que divide a classe trabalhadora, afirmando o "direito de autodeterminação nacional" e oferecendo "apoio crítico" à Organização para a Libertação da Palestina (OLP)[1] . Até o momento em que este artigo foi escrito, a Intifada mostra poucos sinais de superar essa ideologia nacionalista. Os trabalhadores árabes e judeus estão "se unindo e lutando" - aparentemente com suas burguesias e uns contra os outros.

Este artigo delineará algumas das razões materiais pelas quais os exemplos concretos de solidariedade proletária entre judeus e árabes são poucos e distantes entre si. Os judeus da classe trabalhadora se beneficiaram materialmente com a ocupação e com a posição inferior dos palestinos no mercado de trabalho, tanto em Israel quanto nos territórios ocupados. Desde meados da década de 1970, esse acordo (que chamaremos de sionismo trabalhista) está em retrocesso e, cada vez mais, os trabalhadores judeus enfrentam a insegurança econômica. A ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza foi necessária para acomodar a classe trabalhadora judaica em Israel. Os assentamentos nos territórios ocupados desempenharam o papel de moradia social para compensar a crescente insegurança econômica dos trabalhadores judeus, e isso se tornou um problema intratável para os arquitetos da paz burguesa.

Uma posição típica da esquerda é pedir um "estado democrático e socialista na Palestina, no qual árabes e judeus possam viver em paz"[2] . Isso pode parecer relativamente reformista para nós, mas um apelo semelhante por um "estado secular, democrático e binacional" é considerado uma demanda extremamente revolucionária em Israel, até mesmo por ativistas relativamente radicais. Desde o início do século, as

---

[1] Ele também tende a negar ao sionismo o status de um nacionalismo "adequado", concentrando-se em seu racismo excludente. Embora isso seja verdade para o sionismo, ele se esquece de que o nacionalismo sempre se baseia na exclusão e, portanto, não tem nada a ver com o comunismo.

[2] *The New Intifada: Israel, Imperialism and Palestinian Resistance* (panfleto do Socialist Worker, janeiro de 2001).

lutas de ambos os grupos de trabalhadores têm sido cada vez mais refratadas pelo prisma do nacionalismo. No entanto, o triste espetáculo de proletário matando proletário não está predestinado; o nacionalismo no Oriente Médio surgiu e é mantido em resposta à militância da classe trabalhadora. Para nós, a ideologia do nacionalismo, da forma como se manifestou no Oriente Médio, só pode ser entendida em relação ao surgimento do proletariado do petróleo e à ascendência dos EUA na região. Por exemplo, as formas assumidas pelo nacionalismo palestino - notadamente a OLP - foram uma resposta prática da burguesia palestina exilada a um proletariado palestino abertamente rebelde. O "processo de paz" mediado pelos EUA desenvolveu-se em reconhecimento ao papel de recuperação da OLP na Intifada, enquanto o colapso de Oslo e o aparente ressurgimento dramático do antagonismo islâmico em relação aos EUA estão ligados à incapacidade da OLP de atender até mesmo às demandas básicas do nacionalismo palestino.

Portanto, primeiro, precisamos entender um pouco do contexto internacional no Oriente Médio, em especial o papel hegemônico dos EUA na região.

A ascendência americana

A Guerra Mundial de 1914-18 mostrou pela primeira vez o valor militar do petróleo. Depois dela, a influência da Alemanha no Oriente Médio foi drasticamente reduzida e ficou evidente para todas as grandes potências que o Império Otomano não poderia mais se sustentar (devido, em parte, a uma revolta árabe que foi ajudada pelos britânicos em 1917). A Grã-Bretanha e a França concordaram em dividir o Oriente Médio em esferas de influência, com a Grã-Bretanha controlando a Palestina. Embora isso fosse ostensivamente para evitar que a Rússia entrasse na região, a Grã-Bretanha também pretendia manter contidas as ambições francesas na Síria e no Líbano, garantir o acesso ao Canal de Suez e manter o fluxo de petróleo do Iraque sem contestações.

Em 1947, a posição britânica na Palestina não era mais sustentável, devido ao seu declínio como potência imperial. Exausto pela Segunda Guerra Mundial, atacado por colonos judeus militantes e, cada vez mais, enfraquecido na política externa pelos Estados Unidos, o Reino Unido continuou cambaleando até sua "retirada" planejada em 1948, quando o Estado israelense foi criado.

Naquele ano, houve a expansão e a consolidação do Estado israelense por meio da guerra contra seus vizinhos árabes e a ascensão dos EUA como a potência estrangeira

dominante na região. Os interesses estratégicos dos EUA eram três: impedir a expansão da URSS no Mediterrâneo, proteger os campos de petróleo agora identificados da Península Arábica e, por fim, impedir a continuação da influência britânica ou francesa no Oriente Médio.

Nos anos imediatamente posteriores à guerra, os EUA viam as antigas potências europeias como seus principais rivais no Oriente Médio, e não a URSS. O golpe Palavi no Irã em 1953, apoiado pela CIA, em resposta à nacionalização dos campos de petróleo de propriedade britânica pelo Irã, teve o efeito de transferir 40% do petróleo da Grã-Bretanha para os EUA. O golpe transformou o Irã em um estado cliente dos EUA no "ponto fraco" da fronteira sul da URSS, um bastião da "cultura ocidental" no Oriente Médio. Da mesma forma, na crise de Suez de 1956, os EUA impediram que a Grã-Bretanha e a França reafirmassem seus interesses nacionais no Egito, deixando essas antigas potências imperiais em segundo plano em relação aos Estados Unidos no Oriente Médio.

No entanto, com a entrada do Egito na órbita soviética, após o golpe dos Oficiais Livres em 1952, e a assinatura de um acordo de armas com a Tchecoslováquia em 1955, os EUA perceberam que a União Soviética estava tentando flexionar seus músculos na região. A contenção da URSS passou a ser a palavra de ordem oficial da política externa dos EUA, o que significava criar obstáculos à influência soviética no Oriente Médio. A política subjacente era a proteção a todo custo dos interesses econômicos dos EUA.

Interesses econômicos dos Estados Unidos no Oriente Médio

O principal interesse dos Estados Unidos na região é, obviamente, o petróleo. Além de colocar os EUA no topo da hierarquia imperialista, a Segunda Guerra Mundial confirmou a centralidade estratégica do Oriente Médio como uma importante fonte de petróleo. Um relatório do Departamento de Estado de 1945 chamou a Arábia Saudita de "uma fonte estupenda de poder estratégico e um dos maiores prêmios materiais da história mundial". Pouco mudou desde então, exceto pelo fato de que, à medida que os Estados Unidos passavam por sua dinâmica expansão fordista nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, o petróleo adquiriu um valor ainda maior.

À medida que a produção de automóveis e o setor petroquímico substituíram a construção de ferrovias como principal local de expansão, o capital passou do carvão para o petróleo, como principal matéria-prima. As fontes de petróleo, especialmente o Oriente Médio, com suas vastas reservas, tornaram-se cruciais. Com seu valor reduzido pela crise energética da década de 1970, os EUA não pararam por nada para garantir o

petróleo da região antes e acima de qualquer outra coisa. Uma fonte secundária, mas não menos importante, de lucro para os EUA é obtida por meio do fluxo de petrodólares árabes para a América do Norte na forma de compras militares, projetos de construção, depósitos bancários e outros investimentos, um fenômeno que data do início da década de 1970.

O nacionalismo pan-árabe e o proletariado produtor de petróleo

A princípio, o recém-nascido Estado de Israel teve pouca importância nas considerações dos EUA. Na verdade, durante a crise de Suez, os Estados Unidos ficaram do lado do Egito contra o expansionismo de Israel. Foi somente após o surgimento de um nacionalismo árabe mais assertivo na década de 1950 que os EUA começaram a ver o potencial de uma parceria estratégica desenvolvida com "a entidade sionista".

O crescimento da produção de petróleo no Oriente Médio levou a uma rápida modernização de sociedades anteriormente tradicionais. Uma burguesia substituta emergiu dos militares e da burocracia, comprometida com a acumulação nacional e orientada para o modelo de desenvolvimento capitalista da URSS e oposta ao "imperialismo".

A forma mais coerente de anti-imperialismo foi o nacionalismo "pan-árabe". As origens do pan-arabismo estavam no Império Otomano, que havia unido os árabes sob o domínio turco, mas que entrou em colapso após a Primeira Guerra Mundial. O Oriente Médio foi então dividido por potências imperialistas com a intenção de conquistar e controlar novos mercados e matérias-primas estrategicamente importantes. No entanto, as novas fronteiras contrariavam o "idioma, os costumes e as tradições comuns" mantidos pelos habitantes do antigo Império Otomano. Na ideologia pan-arabista, uma "comunidade natural", baseada na idealização de relações sociais pré-capitalistas, serve para neutralizar os antagonismos de classe. Embora seja um movimento político modernista, o pan-arabismo conseguiu usar essa "comunidade natural" imaginada para promover seu projeto de modernização e recuperar a luta de classes.

Como um movimento nacionalista, o pan-arabismo serviu para dividir e cooptar a classe trabalhadora da região, ajudando assim a promover o desenvolvimento capitalista. Apesar disso, sua orientação para a URSS e suas tendências capitalistas de estado ameaçavam os interesses particulares do capital ocidental[3] . Embora esses interesses não fossem, de forma alguma, os mesmos para os diferentes capitais ocidentais, no longo

[3] 'Somalia and the "Islamic Threat" to Global Capital', *Aufheben 2* (verão de 1993).

prazo, as tendências capitalistas de Estado do nacionalismo árabe ameaçavam negar ao capital ocidental o acesso irrestrito aos campos de petróleo do Oriente Médio.

Mas o nacionalismo árabe, nos momentos em que se transformou em um pan-arabismo combativo, foi derrotado por Israel. E, economicamente, as burguesias dos vários estados árabes, mais cedo ou mais tarde, acharam difícil resistir ao enorme apoio econômico que um realinhamento com os Estados Unidos significaria[4] . A dificuldade para a burguesia árabe (e a OLP não é exceção), abertamente pan-arabista ou não, se quiser evitar desafios internos, tem sido como se alinhar com credibilidade aos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, parecer manter vivo o sonho da independência árabe e da destruição de Israel.

Uma expressão dessa tensão foi o aumento do preço do petróleo da OPEP em 1973, que foi visto como uma resposta à Guerra de Outubro entre Israel e os países árabes. No entanto, as demandas do proletariado produtor de petróleo significavam que, em alguns países, uma quantia desproporcional dos preços mais altos do petróleo impostos pela OPEP estava sendo gasta nas necessidades da classe trabalhadora, em vez de nos altos níveis de tecnologia necessários para o desenvolvimento industrial[5] .

Os imperativos estratégicos dos Estados Unidos se fortaleceram em torno de duas perspectivas: primeiro, conter a ameaça percebida da União Soviética e, segundo, esmagar ou, quando possível, cooptar as várias expressões do nacionalismo árabe que varreram a região.

Além de seu método habitual de intervenção no exterior - apoiar com entusiasmo a facção pró-ocidental mais confiável da burguesia, cooptar o máximo possível de qualquer movimento popular e eliminar os arruaceiros impenitentes - os EUA criaram uma maneira sofisticada de retratar o Oriente Médio como uma parte do mundo que estava em crise permanente e que, de qualquer forma, era impossível de entender. A política dos EUA tornou-se então uma política de "gerenciamento de crises" e de "levar a paz ao ponto problemático número um do mundo". Independentemente da crise específica, o petróleo e os petrodólares continuaram fluindo do leste para o oeste, e os

---

[4] Em contrapartida, a URSS, nesse período, tinha muito pouco a oferecer aos clientes em potencial. Era impossível oferecer os imensos incentivos financeiros dos americanos e, em vez das mil e uma maneiras pelas quais o capital poderia ajudar um Estado árabe, a União Soviética podia oferecer apenas ajuda militar e técnica limitada. Em contraste com os Estados Unidos, a política russa no Oriente Médio era rudimentar, capaz de fornecer apenas a proteção mais limitada, mesmo para seu aliado mais próximo, a Síria.

[5] Ver 'Somalia and the "Islamic Threat" to Global Capital', *Aufheben 2* (verão de 1993). Ver também Midnight Notes, 'When Crusaders and Assassins Unite, Let the People Beware' (Midnight Notes, 1990).

Estados Unidos não foram obrigados a lutar por uma paz burguesa duradoura na região[6]
.

O nacionalismo palestino como filho bastardo do sionismo trabalhista

Embora Israel esteja próximo aos campos de petróleo do Oriente Médio, não possui campos de petróleo próprios, o que aumentou sua vulnerabilidade estratégica em relação aos seus vizinhos. No entanto, sua imagem como "um bastião da cultura ocidental em um mar de atraso governado por déspotas mesquinhos"[7] foi usada pelos EUA para manter o controle sobre os campos de petróleo.

A partir do final da década de 1950, o aumento drástico das quantias de ajuda financeira e militar deixou claro que os EUA viam Israel como um ativo estratégico que contrabalançava e, na verdade, era capaz de subjugar os estados clientes soviéticos do Egito e da Síria. As guerras de 1967 e 1973 demonstraram ao mundo árabe exatamente como Israel havia se tornado poderoso. Ele era agora a superpotência da região. A força aérea israelense, especialmente, podia subjugar completamente a área do Mediterrâneo Oriental.

Israel também teve uma segunda utilidade para os formuladores de políticas dos EUA. Feridos pela experiência no Vietnã e, muitas vezes, impedidos de intervir nos focos de tensão política do mundo como gostariam por causa da opinião interna ou de preocupações com sua posição internacional, os EUA usaram Israel com frequência, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, como um canal por meio do qual poderiam fornecer, ou poderiam convencer Israel a fornecer, dinheiro e armas a vários movimentos de contrainsurgência. As classes dominantes do Zaire, da África do Sul, de Angola, de El Salvador, da Guatemala e da Indonésia foram algumas das que se beneficiaram da ajuda oportuna de Israel em suas tentativas de se manterem a salvo de desafios.

Embora a burguesia norte-americana tenda a ser pró-sionista, Israel "nunca foi suficiente" para garantir a segurança de seus interesses. Eles tiveram que se envolver diretamente com os Estados árabes, o que, às vezes, provou ser uma estratégia de alto risco, que nem sempre favoreceu os Estados Unidos. Embora os Estados do Golfo e a Turquia tenham sido consistentemente inquestionáveis quanto ao seu papel de clientes, o nacionalismo árabe, o "socialismo" e o islamismo fizeram com que várias nações

[6] O tratado de paz israelense-egípcio de 1979 apenas mostrou como o Egito havia caído completamente na órbita americana desde a morte de Nasser.
[7] Consulte "Capitalist Carnage in the Middle East", *Wildcat*, 6, 1983.

árabes assumissem uma posição intransigente em suas relações com os EUA. O Egito sob Nasser, a Síria sob Hafez al-Asad e o Irã sob os mulás são alguns dos exemplos.

Atualmente, duas áreas ainda causam insônia aos formuladores de políticas dos EUA. A primeira é a ascensão do islamismo, que foi inicialmente promovida pelos EUA como contrapeso à URSS, mas que se tornou quase impossível - ou pelo menos muito difícil - para os EUA e seus países clientes se recuperarem. Da Síria à Jordânia e ao Egito, as prisões do Oriente Médio estão repletas de islamistas radicais e antiamericanos.

O segundo problema é a questão recorrente dos palestinos. A criação por Israel de uma grande diáspora palestina em todo o proletariado produtor de petróleo do Oriente Médio levou setores da burguesia árabe a adotar uma postura radical contra os EUA. Como "cão de guarda" do imperialismo norte-americano, Israel representou a ameaça externa que unificou as burguesias árabes emergentes e mobilizou os trabalhadores árabes. Sempre que a burguesia árabe enfrentou a ameaça do antagonismo proletário, ela conseguiu desviar a raiva do proletariado contra "o verdadeiro inimigo", Israel. Depois de 1967, a OLP tornou-se a principal expressão política do pan-arabismo.

Diante da hostilidade pan-árabe, a burguesia israelense buscou alianças militares com países islâmicos não árabes. Entretanto, a associação de Israel com o Irã foi interrompida pela derrubada da dinastia Palavi em 1979. O novo regime xiita era, no mínimo, mais veementemente antiocidental do que os nacionalistas árabes[8] . Mais recentemente, Israel encontrou na Turquia um novo aliado não árabe na região.

Portanto, a forma de nacionalismo pan-árabe, que foi a base ideológica do nacionalismo palestino, foi vinculada e mantida pelo sionismo[9] . Assim como seu nêmesis, o sionismo também foi um movimento político nacionalista baseado na idealizada "comunidade natural", nesse caso de judeus[10] . É impossível entender a atual revolta e a ideologia nacionalista que a permeia sem entender o nacionalismo ao qual ela buscava se opor: o sionismo. Até relativamente pouco tempo atrás, sua forma dominante poderia ser chamada de sionismo trabalhista, ao qual nos referimos agora.

---

[8] Tanto que o regime pan-arabista, mas antixiita Ba'athist no Iraque, teve que ser usado como contrapeso ao Irã na década de 1980.

[9] É claro que esse é um acordo recíproco: O nacionalismo israelense é reforçado pela percepção de que "os árabes querem nos jogar no mar".

[10] "A contradição fundamental do sionismo era tentar salvar o judeu como judeu, ou seja, os laços comunais que há muito antecedem o capitalismo moderno, integrando-o ao mundo mais moderno do capital." 'The Future of a Rebellion', *Le Brise-Glace* (O Quebra-Gelo, 1988), traduzido em *Fifth Estate*, Inverno 1988/9. Como veremos, a lógica contraditória dessa ideologia na prática assume a forma de tendências que minam essa mesma identidade - isto é, se Israel se tornar mais integrado ao Oriente Médio.

Uma história de dois movimentos de libertação nacional:
O sionismo trabalhista e o movimento nacional palestino

O sionismo trabalhista e a militância da classe trabalhadora judaica europeia

O sionismo trabalhista tem se baseado tradicionalmente em várias grandes estruturas institucionais, principalmente o Histadrut e o Fundo Nacional Judaico (JNF). O Histadrut é um "sindicato" administrado pelo Estado, que sempre foi também um grande empregador. Mesmo antes da criação de Israel, era um departamento embrionário de trabalho que também cumpria as funções de um sindicato para alguns setores de trabalhadores judeus. O Fundo Nacional Judaico (JNF) foi criado em 1903 como um fundo para coletar doações dos sionistas. Sua principal função tem sido a de órgão nacional de administração de terras. Ele comprou grandes quantidades de terras em nome de "todos os judeus" e controlou grande parte das terras adquiridas na grilagem de terras de 48. As terras da JNF só podiam ser alugadas para judeus e trabalhadas por judeus e tornaram-se propriedade do Estado em 48. Oitenta por cento dos israelenses vivem em terras que inicialmente pertenciam à JNF, muitas das quais ainda são controladas pela JNF.

Os primeiros sionistas eram um grupo de pressão burguês, que passava o tempo fazendo lobby junto a vários líderes europeus (inclusive Mussolini). Ao contrário da maioria dos judeus europeus, esses sionistas se identificavam como anticomunistas. Eles viam seus aliados em "anti-semitas honestos" que lhes dariam terras para se livrarem da "ameaça revolucionária" judaica. Eles também cortejavam os capitalistas judeus da Europa Ocidental que queriam evitar a imigração contínua de judeus militantes do Leste Europeu para seus países (que eles viam como um comprometimento da assimilação e um incentivo ao antissemitismo) e os estados coloniais que poderiam lhes dar ou vender terras (que não precisavam ser necessariamente a Palestina nesse momento). No entanto, o sionismo sempre precisou ser um movimento de massa, e os primeiros sionistas não se importavam em ser flexíveis com suas lealdades políticas para facilitar isso.

Em seus primeiros dias, o sionismo era irrelevante para a maioria dos judeus europeus da classe trabalhadora, cuja fidelidade tendia a ser ao movimento revolucionário dos trabalhadores que varria o continente[11] . Assim como o proletariado judeu militante,

[11] Uma das maiores e mais conhecidas organizações judaicas foi o BUND (sindicato geral dos trabalhadores judeus da Lituânia, Polônia e Rússia), criado em 1898 para conectar vários grupos de trabalhadores judeus no império czarista. Por um breve período, fez parte do SDLP, o partido social-democrata russo, que mais tarde se dividiu entre mencheviques e bolcheviques. Em 1903, o BUND

muitos judeus de classe média do Leste Europeu descobriram que, quando confrontados com o antissemitismo de direita, o único lugar para eles era a esquerda.

Para atrair esse eleitorado, os grupos sionistas foram forçados a enfatizar seus aspectos mais "socialistas"[12] . Esses aspectos convergiram com o desejo, expresso no sionismo, de retornar aos laços comunitários pré-capitalistas, que formavam a própria base da "identidade judaica". Os elementos mais "social-democratas" do pensamento sionista se tornaram proeminentes e prevaleceram como a forma dominante de sionismo, e foi isso que permitiu que os grupos sionistas ganhassem espaço no movimento dos trabalhadores judeus.

Advento do sionismo trabalhista na Palestina

Os primeiros assentamentos judaicos eram mais ou menos empreendimentos comerciais, que tendiam a acabar empregando trabalhadores árabes (muitas vezes recém-proletarizados devido à compra de terras pelos sionistas)[13] . Os novos imigrantes judeus que procuravam trabalho às vezes até se viam procurando trabalho casual na mesma base que os árabes[14] .

As instituições do sionismo trabalhista começaram a se tornar dominantes na comunidade judaica palestina por volta da década de 1920. Havia uma luta contínua desde cerca de 1905, quando, após o fracasso da revolução de 1905, muitos judeus russos de esquerda se voltaram para o sionismo. A segunda onda de imigração sionista consistia principalmente de judeus jovens, educados, de classe média e de esquerda, que

---

contava com 40.000 membros e teve um "papel pioneiro no movimento dos trabalhadores russos" e mais "apoio genuíno da classe trabalhadora" do que qualquer outro grupo de trabalhadores na Europa Oriental. Consulte Nathan Weinstock, *Zionism: False Messiah* (Paris, 1969). Embora se opusesse ferozmente ao sionismo organizado, sempre houve uma discussão dentro do BUND sobre até que ponto ele deveria apoiar ou promover o nacionalismo judaico. Os debates giravam em torno do fato de que as reivindicações por um Estado judeu romperiam a solidariedade da classe trabalhadora e desviariam a atenção da luta de classes, e se os trabalhadores judeus deveriam se organizar separadamente dos outros trabalhadores. Além das lutas tradicionais dos trabalhadores, o BUND conseguiu organizar a autodefesa contra os pogroms em cooperação com socialistas não judeus. Mas depois que o número de membros do BUND caiu de 40.000 para 500, ele se tornou cada vez mais nacionalista.

[12] Há até uma história de que David Ben Gurion (o primeiro primeiro-ministro de Israel) mantinha um busto de Lênin em sua mesa, apontando para a influência do bolchevismo na classe trabalhadora judaica europeia.

[13] O Barão Rothschild, que achava que a colônia judaica era uma boa maneira de atender aos interesses franceses, patrocinou a primeira imigração sionista para a Palestina no final do século XIX. Ele tinha sua própria administração que podia "subjugar a insubordinação pela força", todos os colonos tinham que assinar um contrato prometendo não "pertencer a nenhuma organização que não fosse autorizada" e reconhecer que eram apenas "trabalhadores diaristas" nas terras do Barão - principalmente na produção de vinho. Foi um projeto muito caro, que custou vários milhares de libras para instalar cada família de colonos. Nathan Weinstock, *Zionism: False Messiah* (Paris, 1969).

[14] Centenas de árabes estão se reunindo na praça do mercado, perto do albergue dos trabalhadores, e estão esperando aqui desde o amanhecer. Eles são os trabalhadores sazonais... são cerca de 1.500 todos os dias, e nós, algumas dezenas de trabalhadores judeus, muitas vezes ficamos sem emprego. Nós também viemos ao mercado para procurar a oferta de um dia de trabalho". Op. cit., p. 68.

queriam retornar à terra e trabalhar como pioneiros. Eles ficaram desiludidos com a colonização sionista, que consideravam capitalista demais para corresponder às suas esperanças. Em oposição aos capitalistas judeus, que ficavam felizes em empregar mão de obra árabe, desde que fosse mais barata, eles introduziram a ideia de que as terras e os negócios judaicos deveriam ser trabalhados exclusivamente por mão de obra judaica. Se uma parte do antissemitismo moderno é um pseudoanticapitalismo, no qual o judeu é equiparado ao lado abstrato da forma de mercadoria - trabalho abstrato e não trabalho concreto, finanças e circulação "sem raízes e cosmopolitas", em vez de produção fundamentada e de base nacional[15] - em um nível o sionismo, com ênfase no trabalho produtivo e no retorno à terra, é uma resposta. Acreditava-se que, em um Estado exclusivamente judeu, os judeus não estariam concentrados em determinados ofícios e profissões, mas desempenhariam um papel pleno na divisão capitalista do trabalho. Por isso, seus slogans eram: "a conquista da terra" e "a conquista do trabalho".

Isso levou a um conflito entre os colonos mais antigos e os novos imigrantes[16] . Os patrões judeus que continuaram a empregar mão de obra árabe foram alvo de piquetes dos sindicatos sionistas[17] . O conflito foi silenciado pela organização sionista, que utilizou grande parte de seus fundos para subsidiar os salários dos judeus, de modo que os empregadores pudessem usar os judeus a preços tão baixos quanto os árabes. No entanto, ainda houve greves. Em resposta a isso, a oposição de direita organizou a mão de obra escrava em um "sindicato nacional" com a ajuda de imigrantes pequeno-burgueses poloneses, fazendeiros ricos e proprietários de fábricas. Eles também realizaram ataques às organizações da classe trabalhadora[18] . No entanto, os sionistas da ala esquerda da "conquista do trabalho" tiveram um grande impulso com as greves gerais palestinas de 1936, quando os trabalhadores judeus se aproveitaram dos palestinos em greve.

Na década de 1920, o Histadrut organizou mais de três quartos dos trabalhadores judeus e foi o principal empregador depois do governo britânico. Ela também administrava as

---

[15] Veja Moshe Postone, *Anti-Semitism and National Socialism*.

[16] "Essa questão foi o principal conflito dentro da comunidade de colonos durante as três primeiras décadas do século." Op. cit., p. 71.

[17] Esse tipo de piquete era comum entre os sionistas de esquerda, por exemplo, aqueles que trabalhavam nas empresas ferroviárias de propriedade britânica na Palestina obrigatória (um dos maiores setores da Palestina na época). Havia algumas conversas entre esses esquerdistas judeus sobre a solidariedade da classe trabalhadora e a tentativa de criar sindicatos conjuntos de judeus e árabes. No entanto, ao mesmo tempo, eles estavam participando de piquetes e fazendo lobby junto aos empregadores britânicos para que usassem exclusivamente mão de obra judaica.

[18] O Irgun Zvai Leumi foi criado em 1931 para ser a milícia da direita, já que a esquerda controlava cada vez mais o Haganah (a principal milícia).

bolsas de trabalho e estava intimamente ligada às cooperativas de vendas e produção. Com toda essa estrutura, o Histadrut era uma base vital do "quase governo" das organizações sionistas, que organizava a educação, a imigração e os assuntos econômicos e culturais. Portanto, mesmo antes de 1948, o Estado sionista estava se enraizando em formas corporativistas social-democratas[19] .

Estratificação étnica sionista

Após a enorme apropriação de terras em 1948, o problema perene da falta de mão de obra judaica surgiu pela primeira vez. Os judeus burgueses europeus apresentaram o sionismo a seus financiadores e apoiadores como a solução para a militância dos trabalhadores judeus. Entretanto, a maioria dos judeus não queria ir para Israel e se sentia mais tentada pela América ou pela Europa Ocidental. Os judeus europeus foram desencorajados pela desvantagem territorial do pequeno Estado em relação aos seus vizinhos árabes hostis, o que, por sua vez, alimentou o imperativo de expansão: ao contrário do Egito, a oeste, e da Síria, a nordeste, Israel não podia se dar ao luxo de perder um único acre de terra. A consequente militarização da sociedade israelense foi um desestímulo adicional para os imigrantes em potencial.

Esse problema foi parcialmente resolvido pela imigração de judeus do Oriente Médio e do norte da África. Entretanto, muitos judeus orientais não desejavam se mudar para Israel e até se opunham ao sionismo, porque ele tornava sua situação mais precária, especialmente nos países árabes. Grande parte da burguesia árabe estava tentando promover o pan-arabismo como uma oposição ao sionismo. Embora os judeus orientais não tenham sido submetidos a um genocídio sistemático no nível do holocausto, houve pogroms em alguns países do Oriente Médio. O estabelecimento de Israel, a guerra de 1948 e o subsequente aumento do nacionalismo árabe desestabilizaram ainda mais a posição dos judeus orientais, e muitos deles emigraram para Israel[20] .

Os judeus orientais foram frequentemente proletarizados no processo de deslocamento. Aqueles que possuíam qualificações profissionais descobriram que elas não eram reconhecidas em Israel, e os bens eram frequentemente tomados na chegada. Em contraste, os judeus ocidentais receberam tratamento preferencial em termos de moradia

---

[19] O uso que fazemos da palavra "corporativista" aqui não é no sentido em que ela é usada pela anti-"globalização" do "domínio corporativo", etc. (veja "Anticapitalismo" como ideologia... e como movimento? É claro que, com o sionismo trabalhista, o Histadrut cumpria muitas das funções de todos os três.

[20] Quando isso não acontecia, o Estado israelense ajudava de várias maneiras, inclusive providenciando o bombardeio de uma sinagoga no Iraque e pagando ao governo iraquiano por cada judeu que fosse para Israel.

e emprego, e alguns puderam usar as indenizações de guerra individuais da Alemanha como capital monetário. Com frequência, os judeus orientais também eram colocados nos campos de trânsito e nas cidades em desenvolvimento mais próximas das fronteiras, que eram superlotadas e perigosas. No caso dos judeus, em sua maioria norte-africanos, despejados em cidades fronteiriças como Musrara, o Estado fazia vista grossa quando eles ocupavam as casas dos árabes desalojados pela guerra de expropriação de 1948. Assim, na prática, os judeus orientais acabaram protegendo as fronteiras contra os árabes. Portanto, a aplicação do sionismo trabalhista em Israel baseou-se na estratificação étnica da classe trabalhadora, não apenas entre judeus e árabes, mas também entre judeus ocidentais e orientais. Foi o trabalho dos judeus orientais, bem como dos poucos palestinos que permaneceram, que se tornou a força motriz para "fazer o deserto florescer" em um estado capitalista moderno.

No entanto, Israel nunca teve uma economia capitalista "normal", devido ao papel desproporcional desempenhado pelo apoio financeiro do exterior. A partir da década de 1950, cerca de um bilhão de marcos foi contribuído anualmente pela Alemanha Ocidental como reparação coletiva pelo holocausto nazista. Mais significativa foi a contribuição dos EUA. Em 1983, Israel, com apenas 3 milhões de habitantes, recebeu 20% de toda a ajuda americana. Em outras palavras, cada família israelense recebeu o equivalente a 2.400 dólares do governo dos EUA. No entanto, como o estado capitalista mais desenvolvido da região, a burguesia israelense acumulou seus próprios coveiros em potencial, na forma de uma classe trabalhadora combativa.

A resistência da classe trabalhadora judaica e o imperativo de expandir

Ao contrário de muitos outros países do Oriente Médio, Israel sempre teve uma classe trabalhadora relativamente grande concentrada em uma pequena área. A estratificação étnica impediu o surgimento de um proletariado homogêneo que enfrentasse o capital israelense. Entretanto, apesar disso, a classe trabalhadora israelense mostrou-se combativa. A principal característica da luta de classes nesse período foi a contestação, por parte dos judeus orientais, de sua posição subordinada na sociedade israelense. Durante toda a década de 1950, houve tumultos nos campos de trânsito, em sua maioria orientais, por causa de "pão e trabalho", que frequentemente se voltavam contra a polícia. Em 1959, os "motins de Wadi Salib" começaram em uma favela de Haifa e imediatamente se espalharam para outros lugares com uma grande população de judeus marroquinos.

Como nos estados da Europa Ocidental, os conflitos de classe em Israel eram mediados por instituições social-democratas. Entretanto, muitos dos judeus orientais militantes viam o Histadrut e o Partido Trabalhista como inimigos e, por isso, essas instituições eram frequentemente atacadas. Em uma ocasião, em 1953, o escritório do Histadrut em Haifa foi alvo de um ataque incendiário de manifestantes judeus orientais, que viam seu corporativismo puro e simples como uma das formas de encarnação de sua subordinação aos judeus ocidentais.

No início da década de 1960, a economia israelense estava em queda, em parte devido ao esgotamento das reparações de guerra alemãs, que haviam dado o pontapé inicial ao capital israelense. Muitos dos imigrantes, que haviam se mudado para Israel esperando uma vida melhor, agora enfrentavam um desemprego crescente. Os trabalhadores judeus continuaram a dificultar a vida da burguesia israelense, com 277 greves somente em 1966[21] . Com a queima da bandeira vermelha (que simbolizava a hegemonia do Partido Trabalhista) tornando-se uma característica rotineira nas manifestações dos estivadores, ficou claro que as formas social-democratas do sionismo trabalhista não estavam conseguindo recuperar as lutas dos trabalhadores judeus.

O boom pós-1967

Após a guerra de 1967, o Estado israelense não apenas se viu cercado por Estados árabes hostis, mas também governou a população palestina dos territórios ocupados. Um terço da população governada pelo Estado israelense era agora palestina. Diante dessas ameaças internas e externas, a sobrevivência contínua do Estado sionista exigia a união de todos os judeus israelenses, tanto ocidentais quanto orientais. Mas, para unir todos os judeus em prol do Estado israelense, era necessário que os judeus orientais, antes excluídos, fossem integrados em um assentamento sionista de mão de obra ampliada. Convenientemente, as mesmas circunstâncias que exigiram a expansão do assentamento sionista trabalhista também proporcionaram as condições necessárias para a realização de uma reestruturação social tão importante.

Em primeiro lugar, a guerra de 1967 forçou os EUA a se comprometerem com Israel como um contrapeso ao crescente nacionalismo pan-árabe que estava se alinhando à URSS. Em segundo lugar, a ocupação da Cisjordânia proporcionou a Israel uma grande reserva de mão de obra palestina altamente explorável. Foi essa mão de obra palestina barata, combinada com a crescente infusão de ajuda dos EUA, que forneceu as

[21] Ver "Two Local Wars", *Situationist International Anthology* (Bureau of Public Secrets, 1981).

condições prévias vitais para a rápida expansão da economia israelense nos dez anos seguintes.

Depois de 1967, o Estado israelense pôde seguir uma política de keynesianismo militar que fez com que os gastos militares aumentassem para 30% do PIB na década de 1970. O aumento dos níveis de gastos públicos financiados por um déficit orçamentário crescente do governo alimentou o boom econômico. Com isso, o governo conseguiu criar uma oferta abundante de oportunidades de trabalho, não apenas diretamente, por meio da expansão do emprego no setor público, mas também indiretamente, à medida que o setor privado se expandia para atender às crescentes demandas do exército. As crescentes demandas do exército israelense por armamentos de alta tecnologia proporcionaram lucros confiáveis para os cinco principais conglomerados que dominaram a economia de Israel desde a década de 1950 e que eram dominados pela burguesia judaica ocidental. Entretanto, os militares israelenses também exigiam a construção de bases militares, quartéis e instalações que ofereciam oportunidades de negócios para uma emergente pequena burguesia judaica oriental que poderia obter grandes lucros empregando mão de obra palestina barata.

Além de atender às necessidades do mercado interno, os armamentos se tornaram a exportação mais importante de Israel. Com grande parte do setor público agora voltado para a acumulação militar, somente os elegíveis para o serviço militar podiam trabalhar nessas indústrias. Até mesmo os "cidadãos" árabes israelenses foram excluídos desse duvidoso privilégio, sem falar nos palestinos nos territórios, e assim as indústrias "estratégicas" (mais bem pagas) estavam, por definição, disponíveis apenas para judeus (geralmente orientais).

Embora a militarização da economia tenha ajudado a integrar os judeus orientais, ela reforçou a subordinação dos trabalhadores não judeus. Na prática, Israel agora tinha um mercado de trabalho de dois níveis: Judeu e palestino. É importante notar que a ocupação desses territórios por Israel não chegou a ser uma anexação de jure. Isso teria implicado a concessão aos palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza dos mesmos direitos limitados de cidadania que foram concedidos aos palestinos que conseguiram permanecer dentro das fronteiras de 1948 até 1966. A ocupação permitiu que o capital israelense, especialmente na agricultura e na construção civil, extraísse mão de obra excedente dos trabalhadores palestinos sem comprometer o caráter judaico do Estado. Os palestinos não foram integrados à sociedade israelense: eles trabalhavam em Israel durante o dia e, à noite, deveriam voltar para seus dormitórios na Cisjordânia e na Faixa

de Gaza. Enquanto a mão de obra barata dos palestinos alimentava um boom de construção em ambos os lados da Linha Verde, a economia israelense era ainda mais impulsionada pela subordinação dos territórios como um mercado cativo para os bens de consumo israelenses.

Além disso, por meio do controle dos contratos governamentais e dos imperativos de segurança nacional, bem como do desenvolvimento militar e da construção, o Estado israelense conseguiu adotar uma política de rápida industrialização e substituição de importações. Protegido da concorrência estrangeira por altas tarifas de importação e generosos subsídios à exportação, o investimento foi canalizado para o desenvolvimento de uma indústria manufatureira moderna. Isso permitiu que Israel substituísse as importações de manufaturas estrangeiras por manufaturas produzidas internamente, uma política que estabeleceu Israel como uma economia industrializada relativamente avançada no final da década de 1970.

As políticas do keynesianismo militar e a rápida industrialização levaram a um enorme déficit na balança de pagamentos, pois a demanda dos consumidores e da indústria superou a oferta. O déficit da balança de pagamentos deveria aumentar para 15% do PIB. Esse déficit só poderia ser financiado com a ajuda do generoso fluxo de ajuda americana.

Assim, a rápida expansão econômica e o desenvolvimento de Israel nos dez anos após a Guerra dos Seis Dias proporcionaram as condições materiais necessárias para a expansão do assentamento sionista de trabalhadores. Enquanto em 1966 o desemprego em Israel era de 11%, agora a economia podia ser administrada mais ou menos em pleno emprego. O Estado sionista podia agora oferecer um emprego e padrões de vida crescentes em uma economia moderna e ocidentalizada para todos os judeus que escolhessem viver lá.

Assentamentos e o assentamento sionista trabalhista

Desde o fim da Guerra dos Seis Dias, a política de estabelecer assentamentos judaicos nos territórios ocupados tem sido uma parte importante da expansão do assentamento sionista trabalhista para incluir os judeus orientais anteriormente excluídos. Obviamente, o objetivo imediato do estabelecimento de assentamentos era consolidar o controle de Israel sobre os territórios ocupados. Entretanto, a política de assentamentos também ofereceu aos setores pobres da classe trabalhadora judaica moradia e oportunidades de emprego que lhes permitiram escapar de sua posição subordinada no próprio Israel. Isso foi especialmente importante na década de 1970, quando a falta de

acomodações decentes estava levando alguns judeus orientais sem-teto a ocupar prédios vazios em subúrbios ricos de judeus ocidentais.

Os assentamentos ofereceram uma alternativa a essa apropriação direta antagônica, direcionando o antagonismo para outro lugar. Eles colocaram a classe trabalhadora judaica na linha de frente, em uma relação direta e antagônica com o proletariado palestino potencialmente insurrecional. Como tal, isso os vinculou ao Estado sionista, que protegeu seus privilégios recém-conquistados contra as reivindicações dos palestinos. Em 1971, já havia 52 assentamentos.

Os Panteras Negras israelenses

Entretanto, nem todos foram integrados ao assentamento sionista trabalhista, e as lutas de classe continuaram. Muitos jovens judeus orientais foram excluídos dos "benefícios" da ocupação, porque tinham antecedentes criminais e, portanto, não conseguiam bons empregos e moradia, que supostamente eram o direito de nascença dos judeus em Israel. O boom pós-1967 levou à gentrificação nas cidades fronteiriças, como Musrara, que expulsou os judeus pobres do norte da África. Essa foi a base de um novo movimento, os Panteras Negras israelenses.

Sua base social era indiscutivelmente mais marginal do que os movimentos da década de 1960. No entanto, sua manifestação de 1971 contra a repressão policial atraiu dezenas de milhares de pessoas e levou a 171 prisões e 35 pessoas hospitalizadas durante confrontos com a polícia. Eles também flertaram com os antissionistas de esquerda e alguns até consideraram a possibilidade de conversar com a OLP. Alguns panfletos foram escritos por membros ou simpatizantes do Matzpen (grupo antissionista pequeno, mas bem conhecido) e houve alianças em alguns momentos. Os comentários dos Panteras Negras mostram que uma posição de classe está começando a surgir: "eles precisam de nós sempre que têm uma guerra", "não quero pensar no que acontecerá quando houver paz", "se os árabes tivessem algum bom senso, deixariam os judeus em paz para acabar uns com os outros".

No entanto, sua crítica à sociedade israelense foi prejudicada por elementos que buscavam acomodação dentro do sionismo trabalhista e, portanto, argumentavam contra o estabelecimento de vínculos com a esquerda antissionista ou, pior ainda, com os párias sociais, os palestinos. Vários membros proeminentes dos Panteras Negras receberam melhores moradias e empregos e deixaram o grupo, que se tornou cada vez mais preocupado com divisões internas.

Entretanto, a insatisfação dos judeus orientais com o establishment sionista trabalhista continuou forte, e a cooptação de radicais judeus, como as principais figuras dos Panteras Negras, fazia parte de um clima em que os trabalhadores judeus em geral esperavam um padrão de vida melhor do que o de seus pais. A necessidade de garantir o pleno emprego para todos os judeus fortaleceu a posição de negociação dos trabalhadores judeus nas negociações salariais, o que estava causando problemas de inflação na economia israelense.

Esses problemas não eram exclusivos de Israel - a Europa Ocidental e os Estados Unidos também enfrentavam um proletariado que, em vez de se contentar com os "ganhos" do acordo pós-guerra, estava usando-os para impor mais restrições à acumulação de capital. Em Israel, esses problemas foram agravados pelas restrições da acumulação intensiva e pelos imperativos de segurança.

Devido a esse enraizamento da classe trabalhadora judaica, a política de expansão econômica intensiva baseada na substituição de importações começou a atingir os limites dos estreitos limites da economia israelense no final da década de 1970. O crescimento econômico de mais de 10% ao ano alcançado no início da década de 1970 caiu para modestos 3%. Essa desaceleração provocou uma crise inflacionária que fez com que os preços subissem 100.000% em apenas sete anos. Essa crise só poderia ser resolvida com um sério enfraquecimento do acordo sionista trabalhista, com seu salário social relativamente generoso.

A crise inflacionária de 1978-1985

O pleno emprego em uma economia dominada por alguns grandes conglomerados, protegida da concorrência estrangeira por altas barreiras tarifárias, é uma receita clássica para a inflação. A indexação de 85% dos contratos salariais à inflação de preços, juntamente com outros pagamentos de assistência social e outras formas de renda, significava que qualquer aumento nos preços logo se traduzia em aumento de salários, o que, por sua vez, levava ao aumento dos preços, já que os custos salariais mais altos eram repassados ao consumidor. Como resultado, a economia israelense era altamente propensa a uma espiral viciosa de salários e preços.

O keynesianismo militar levou a uma taxa de inflação entre 30% e 40% durante a maior parte da década de 1970. No entanto, ao manter a taxa de câmbio fixa da libra israelense em relação ao dólar americano (apesar do colapso do sistema de taxa de câmbio fixa de Bretton Woods em 1973), o governo israelense conseguiu manter a inflação sob controle. O aumento dos preços internos foi compensado pelo fato de que, com uma

taxa de câmbio fixa, as importações permaneceram mais baratas do que teriam sido, o que serviu para manter baixo o índice de preços no qual os aumentos salariais se baseavam. É claro que o aumento dos preços internos em um regime de taxa de câmbio fixa tornava a indústria israelense pouco competitiva, mas isso podia ser compensado pelo aumento das tarifas, pelo aumento dos subsídios à exportação e pela ocasional desvalorização controlada da libra israelense.

Entretanto, a desaceleração da economia, combinada com a mudança da situação política no Oriente Médio, provocou uma mudança decisiva na política econômica que desencadeou uma crise econômica na década de 1980. Essa mudança na política foi provocada pela eleição do governo do Likud em 1978, que pôs fim a trinta anos de governo do Partido Trabalhista. O realinhamento da direita, juntamente com as divisões no Partido Trabalhista, permitiu que o Likud se beneficiasse eleitoralmente do contínuo desencanto dos judeus orientais com o Partido Trabalhista. No entanto, as políticas deflacionárias do Likud só poderiam ser implementadas confrontando a classe trabalhadora judaica, cujo entrincheiramento havia contribuído para a crise inflacionária e para o declínio dos lucros de setores da burguesia israelense. O Likud também enfrentou uma ação de retaguarda contra algumas de suas políticas, por parte do "Estabelecimento Trabalhista" da burguesia ocidental, enquanto o Histadrut se esforçava para manter o controle sobre as lutas da classe trabalhadora israelense, como os piquetes violentos dos motoristas de estrada.

Estados árabes, expansão e EUA

A vitória decisiva de Israel na guerra de 1973 finalmente destruiu a unidade dos estados árabes. A posição de Israel no Oriente Médio estava agora protegida da ameaça externa de uma aliança árabe hostil. Entretanto, o realinhamento subsequente do Egito com os EUA lançou algumas dúvidas sobre o compromisso de longo prazo dos EUA em financiar Israel. Se os estados árabes se alinharam com os EUA, por que os EUA deveriam continuar a injetar bilhões de dólares em Israel?

Além disso, com o Egito neutralizado no sul, o caminho estava aberto para a expansão israelense no norte e no leste. A anexação dos territórios ocupados da Cisjordânia e a subordinação econômica da Jordânia e do Líbano ofereceram uma saída para as crescentes restrições da acumulação intensiva.

Mas essas políticas iam contra os interesses dos EUA. Embora os EUA quisessem Israel como seu cão de guarda imperialista no Oriente Médio, não queriam que esse cão de guarda desestabilizasse a região e perturbasse os aliados ricos em petróleo dos EUA,

como a Arábia Saudita. A política do Likud de criar um Israel maior exigia, portanto, um afrouxamento das correntes douradas da ajuda dos EUA.

A fuga de capital das economias ocidentais no final da década de 1970 e o consequente crescimento do capital financeiro global criaram a perspectiva de reduzir a dependência de Israel da ajuda dos EUA. Ao seguir uma política de liberalização e desregulamentação econômica, esperava-se que Israel pudesse aproveitar os fluxos de capital internacional e, assim, reduzir sua dependência dos EUA. Essa política de liberalização defendida pelo Partido Likud também estava de acordo com muitos da burguesia israelense que, diante do declínio dos lucros, queriam mais liberdade para encontrar áreas lucrativas de investimento.

Como consequência, poucas semanas depois de assumir o cargo, Milton Friedman, um dos pioneiros do que hoje é conhecido como "neoliberalismo", foi convocado para prestar consultoria sobre um programa de liberalização. Como resultado da orientação de Friedman, o novo governo israelense reduziu as tarifas de importação e os subsídios à exportação, relaxou os controles sobre a transferência de moeda para dentro e para fora do país e abandonou a taxa de câmbio fixa da libra israelense em relação ao dólar americano.

Poucas semanas após o rompimento de seu vínculo com o dólar americano, a libra israelense perdeu 1/3 de seu valor. O preço dos produtos importados disparou, elevando o índice de preços. Em poucos meses, a indexação dos salários fez com que a taxa de inflação subisse para mais de 100%. Após essa aceleração da inflação, a libra israelense foi substituída pelo shekel como moeda de Israel, a uma taxa de dez libras por shekel.

No entanto, a política de liberalização combinada com o corte acentuado nos salários reais, causado pela indexação salarial que ficou atrás da aceleração da inflação de preços, impulsionou os lucros e levou a um novo surto de crescimento[22] . Como resultado, em 1981, a economia israelense recuperou as taxas de crescimento do início da década de 1970. De fato, na época, com a crise mundial ainda não superada, argumentou-se que as altas taxas de inflação de Israel não importavam. Com o valor externo do shekel medido em dólares caindo na mesma proporção em que a inflação estava corroendo seu valor interno, argumentou-se que, em termos de dólares, a inflação era mais ou menos zero. Na verdade, uma taxa de inflação zero em dólares, comparada

[22] A maioria dos salários era atualizada a cada seis meses. Um aumento na taxa de inflação significava uma perda nos salários reais até que os salários fossem atualizados para compensar o aumento. Esse atraso na atualização dos salários, portanto, tendia a transferir a renda dos salários para os lucros.

com as taxas de inflação muito mais altas nos EUA e em outros países, implicava uma crescente competitividade internacional da indústria israelense.

Esse otimismo não durou muito tempo. À medida que o crescimento econômico começou a vacilar e o déficit público começou a crescer como resultado da invasão do Líbano, cresceu o medo de que as altas taxas de inflação pudessem facilmente se transformar em uma hiperinflação incontrolável. Como consequência, o governo Begin introduziu um novo conjunto de políticas econômicas com o objetivo de reduzir gradualmente a taxa de inflação. Os cortes nos gastos públicos foram combinados com uma política que limitava o declínio da taxa de câmbio do shekel em relação ao dólar americano a 5% ao mês. Enquanto isso, foram feitas tentativas para limitar a indexação da renda.

A política de limitar o declínio do shekel teve um bônus imediato para a popularidade do governo ao baratear as importações de bens de consumo. Mas, ao mesmo tempo, também tornou as exportações israelenses não competitivas. Cada vez mais incapazes de competir, as empresas israelenses começaram a falir e o desemprego começou a aumentar. Ao mesmo tempo, as tentativas de manter os salários baixos levaram a uma crescente agitação industrial.

Após a renúncia de Begin no outono de 1983, o medo de que o governo não conseguisse evitar uma queda acentuada no valor do shekel levou a uma corrida aos bancos, pois os poupadores tentaram trocar seus shekels por dólares. O governo foi forçado a nacionalizar os principais bancos e permitir que o shekel caísse em relação ao dólar. Para tranquilizar os mercados financeiros, o governo israelense foi obrigado a anunciar grandes cortes nos gastos públicos e políticas monetárias rígidas.

Essas novas políticas enfrentaram uma oposição resoluta tanto do Histadrut quanto dos principais capitalistas dentro do "Estabelecimento Trabalhista". O Histadrut convocou uma série de greves que paralisaram o país. Incapaz de manter os salários baixos, a reviravolta na espiral salários-preços causada pela queda acentuada do shekel levou a uma aceleração da inflação de preços. Na véspera da eleição, em julho de 1983, a taxa de inflação estava se aproximando de 400%. Com os aumentos salariais atrasados em relação aos aumentos de preços, essa aceleração da inflação provocou um corte de 30% nos salários reais.

Tanto o Partido Trabalhista quanto o Likud perderam apoio nas eleições e foram obrigados a se unir para formar um governo de "unidade nacional", com Peres, o líder trabalhista, como primeiro-ministro. Usando sua influência com o establishment

trabalhista, Peres propôs um programa de medidas emergenciais. Foi imposta uma taxa de 10% sobre os salários, a indexação foi suspensa e foi imposto um congelamento de três meses nos preços dos salários. Isso deveria ser apoiado por um programa sem precedentes de cortes no déficit orçamentário com o objetivo de reduzir pela metade o déficit orçamentário de 20% do PIB. Quando esse programa foi introduzido no outono de 1983, após longas negociações durante o verão, a taxa de inflação havia chegado a 1000%.

O programa de Peres provou ser um sucesso parcial. Diante da forte oposição do Histadrut, o governo do Likud desistiu de mexer na indexação dos salários e de outras rendas. No entanto, interferir na indexação salarial parecia mais legítimo aos olhos do "establishment trabalhista", quando proposto por um líder trabalhista. Em maio de 1985, a taxa de inflação havia sido reduzida para 400% e, apesar da crescente oposição, o déficit orçamentário havia sido reduzido para 15% do PIB. Peres anunciou agora outra rodada de medidas. Um novo congelamento de salários e preços por mais três meses seria acompanhado por outra rodada de cortes nos gastos públicos, com o objetivo de reduzir pela metade o déficit orçamentário do governo. Ao mesmo tempo, o shekel foi desvalorizado em 19% e, em seguida, uma taxa de câmbio fixa foi mantida com o dólar americano.

No entanto, embora tenha sido possível fazer com que o "establishment trabalhista" apoiasse essas medidas de austeridade, o antagonismo dos trabalhadores judeus em relação a outra rodada de aperto de cinto ameaçou romper as restrições da recuperação do Histadrut. Diante do aumento das greves selvagens, o Histadrut convocou uma greve geral que forçou o governo a permitir uma "recuperação" salarial limitada antes do congelamento dos preços dos salários, mas isso pouco fez para atenuar o corte de 20% nos salários reais e o aumento acentuado do desemprego resultante da primeira rodada de medidas de austeridade de Peres.

As políticas draconianas do governo Likud-Labour acabaram salvando Israel da hiperinflação. Em 1986, a taxa de inflação havia caído para respeitáveis 20%. Entretanto, ao resolver a crise inflacionária, Peres prejudicou seriamente o acordo sionista trabalhista. Embora os salários reais tenham começado a se recuperar lentamente depois de 1986, o desemprego disparou para níveis que não eram vistos desde a crise do início da década de 1960 e permaneceu alto durante toda a década de 1980 e início da década de 1990. As contínuas medidas de austeridade durante a década de 1980 resultaram em mais cortes no orçamento do bem-estar social e na erosão das

garantias sociais. Essas medidas foram impostas à classe trabalhadora judaica, com a ajuda do Histadrut.

Os políticos de ambos os principais partidos começaram a adotar políticas "neoliberais", embora o progresso real em direção à desregulamentação e à privatização das indústrias nacionais tenha sido lento no início, em parte devido à resistência do Histadrut, que possuía muitos dos principais conglomerados estatais. No entanto, o desemprego, a precarização e as práticas de trabalho flexíveis se tornaram uma realidade para setores cada vez maiores da classe trabalhadora israelense.

Com o desmantelamento dos aspectos mais sociais do sionismo trabalhista após a crise inflacionária do início da década de 1980, a política de estabelecer assentamentos nos territórios ocupados tornou-se um elemento cada vez mais importante para vincular a classe trabalhadora judaica ao Estado sionista. Na verdade, como o Likud reconheceu, os colonos forneceram apoio popular para a estratégia de longo prazo de estabelecer um Israel maior, que setores da burguesia israelense veem como o meio de sair da estagnação crônica da economia israelense desde o final da década de 1970. Até certo ponto, os assentamentos transferiram o ônus político da ocupação para longe do governo, principalmente se ele for trabalhista. A relutância de Israel em fazer concessões aos palestinos pode ser atribuída à intransigência e ao "extremismo" dos colonos, que foram obrigados a se identificar com os imperativos de segurança muito mais do que o governo mais "hawkish".

Por outro lado, a aceleração da construção de assentamentos representa um pequeno compromisso com os setores da burguesia israelense, que defendiam a anexação de jure dos territórios ocupados. Como a crise só poderia ser resolvida com o desmantelamento dos aspectos do salário social do assentamento sionista trabalhista, os assentamentos se tornaram tanto uma forma de compensação social para os judeus pobres quanto uma forma de anexação de fato, para realizar o sonho de um Israel maior por outros meios. No entanto, Israel ainda não está livre de sua dependência da ajuda dos EUA e, portanto, precisa conter seus excessos expansionistas.

Assentamentos e contradições

A oposição à construção de assentamentos por parte de muitas das classes médias israelenses que apoiaram o Peace Now agravou os problemas da burguesia israelense[23] .

[23] Em 1978, a construção de assentamentos tornou-se o foco da oposição das classes médias sionistas trabalhistas contra o Likud. A "carta dos oficiais" se opôs a essa expansão, alegando que ela ameaçava o "caráter democrático judaico do Estado". Essa "crescente lacuna entre as práticas democráticas ocidentais e as israelenses" era a base ideológica do Movimento pela Paz. Eles convenientemente esqueceram que os

A ocupação de Gaza e da Cisjordânia tem tido um papel vital no compromisso de classe em Israel desde 1967. Por meio da subordinação dos trabalhadores palestinos, combinada com os benefícios da ajuda dos EUA, os judeus da classe trabalhadora conseguiram obter salários mais altos do que seus vizinhos palestinos e evitar os trabalhos mais braçais. Devido à ocupação da terra, os judeus da classe trabalhadora, que não podiam se dar ao luxo de viver em áreas urbanas, conseguiram obter moradias subsidiadas (construídas por mão de obra palestina barata). Assim, os judeus da classe trabalhadora foram despejados no que era, na verdade, uma zona de segurança nos territórios ocupados.

Essas medidas foram vitais para reduzir a militância do proletariado judeu, mas levaram diretamente à resistência das classes médias liberais e, mais significativamente, dos palestinos. O problema constante para a burguesia israelense era como manter seu compromisso com a classe trabalhadora judaica sem provocar demais os palestinos. Com a densa população palestina comprimida em um espaço cada vez mais apertado pela invasão de assentamentos nos quais muitos deles eram obrigados a trabalhar, no início da década de 1970 houve rebeliões nos campos de refugiados de Gaza, que foram esmagadas (literalmente) pelos tanques de Sharon. Desde então, Gaza estava relativamente tranquila. Mas por quanto tempo? A burguesia israelense conseguiu fazer concessões aos trabalhadores judeus, mas só recorreu à repressão como forma de pacificar os palestinos. Quaisquer concessões aos palestinos provavelmente prejudicariam o acordo sionista trabalhista.

Em 1985, os territórios ocupados sofreram o maior impacto da crise. O resgate do capital israelense envolveu o reforço da subordinação da burguesia palestina, negando licenças "para a expansão da agricultura ou da indústria que possa competir com o

---

assentamentos haviam sido iniciados quando os trabalhistas estavam no poder. A disparidade, que para eles era fácil de ignorar antes de 1967, tornou-se cada vez mais visível com a ocupação. Os elementos mais radicais do Movimento pela Paz contemplavam algo que era quase impensável na sociedade israelense: a recusa aberta do serviço militar. Devido à centralidade do serviço militar obrigatório para a reprodução da sociedade israelense, isso criou grandes divisões no movimento. Seu órgão principal, o Peace Now, denunciou uma carta de soldados da reserva ao Ministro da Defesa, na qual eles ameaçavam se recusar a defender os assentamentos. A "objeção de consciência" ganhou mais legitimidade em 1982, porque a invasão do Líbano ameaçou o que muitos sionistas trabalhistas viam como o papel exclusivamente defensivo da IDF. 160 soldados foram julgados e condenados por se recusarem a participar da invasão. No entanto, fumar maconha no exército e a crise econômica representavam uma ameaça maior ao esforço de guerra israelense no Líbano do que a "objeção de consciência". Essa última poderia ser acomodada até certo ponto, permitindo que o número relativamente pequeno de refuseniks alegasse insanidade e transferindo-os para longe da linha de frente. A manifestação de 400.000 pessoas contra os massacres em Sabra e Shatila em 1982 foi amplamente vista como o ponto alto do movimento israelense contra a guerra. A guerra no Líbano não foi a vitória rápida que se esperava, e muitos pais enfrentaram a perspectiva de seus filhos voltarem para casa em sacos de cadáveres.

Estado de Israel"[24] . Com o aumento do desemprego nos territórios, os trabalhadores palestinos foram ainda mais compelidos a encontrar trabalho dentro da Linha Verde ou na construção de assentamentos judaicos, que estavam se expandindo para compensar os trabalhadores judeus pela falta de moradia acessível nas áreas urbanas de "Israel propriamente dito". Embora a construção de assentamentos proporcionasse renda aos trabalhadores palestinos, ela também era uma fonte de ressentimento, e a resistência provocada por ela forneceu a justificativa para a intensificação da repressão pelo governo militar.

O "Punho de Ferro" de 1985, para conter a resistência nos Territórios Ocupados, andou de mãos dadas com medidas de austeridade para conter a crise interna. O "Punho de Ferro" intensificou as medidas repressivas, como as "detenções administrativas" de militantes palestinos e as punições coletivas da população como um todo. Isso constitui o pano de fundo da Intifada de 1987-93. Antes de prosseguirmos, precisamos examinar a composição de classe dos palestinos...

A formação da classe trabalhadora palestina

Uma terra sem povo?

O mito dos pioneiros sionistas que desembarcaram em um deserto despovoado e o transformaram em vinhedos exuberantes esconde uma transformação mais comum: a transformação dos palestinos de camponeses em proletários:

> O "paraíso" no deserto de Negev, o florescente cultivo de frutas cítricas e abacates na planície costeira, bem como o boom industrial (mesmo na escala de um país muito pequeno) pressupõem a completa espoliação dos camponeses palestinos[25] .

Esse processo já estava em andamento quando os primeiros colonos judeus chegaram, e ainda não foi concluído. O desenvolvimento capitalista penetrou no Oriente Médio pela primeira vez nos anos que se seguiram ao fim das Guerras Napoleônicas. O Império Otomano, que dominava a região, já estava em declínio há um século, embora ainda fosse durar mais um século, e o reajuste do equilíbrio de poder após a derrota da França e de Napoleão, formalizado nos anos após o Congresso de Viena, abriu caminho para uma nova exploração da região, assim como a Revolução Industrial estava ganhando impulso na Grã-Bretanha.

---

[24] Ministro da Defesa israelense, Yitzhak Rabin, em 1985.

[25] "The Agonising Transformation of the Palestinian Peasants into Proletarians", p.1 (*Biblioteca Internacional da Esquerda Comunista*)

A Grã-Bretanha e a Áustria, embora rivais em outras áreas, concordaram com a necessidade de apoiar o Império Otomano como uma barreira ao expansionismo russo no leste da Europa. Mais tarde, a Alemanha tornou-se o principal apoiador do Império Otomano. Nesse período, partes do Oriente Médio se viram invadidas pelo novo modo de produção capitalista. O setor têxtil nativo da região, especialmente no Egito, foi destruído pelos têxteis baratos ingleses na década de 1830 e, na década de 1860, os fabricantes britânicos começaram a cultivar algodão ao longo do Nilo. Em 1869, o Canal de Suez foi aberto, com o objetivo de facilitar o comércio britânico e francês. Em consonância com essa modernização, as origens da acumulação primitiva na Palestina podem ser datadas da lei de 1858 do Império Otomano sobre propriedade fundiária, substituindo a propriedade coletiva pela propriedade individual da terra. Os chefes tribais das aldeias foram transformados em uma classe de proprietários de terras, que venderam seus títulos a comerciantes libaneses, sírios, egípcios e iranianos. O padrão durante todo o período foi de desenvolvimento desigual, com uma burguesia estrangeira tomando a iniciativa e a burguesia nativa, como era o caso, permanecendo fraca e politicamente ineficaz. Ao mesmo tempo, vastas áreas do Oriente Médio onde não havia benefício econômico aparente foram deixadas de lado, e lá as tradições de agricultura de subsistência e nomadismo continuaram.

Durante o Mandato Britânico, muitos proprietários ausentes foram comprados pela Jewish Colonisation Association, o que levou ao despejo de meeiros e agricultores palestinos. Como o "fellah despossuído tinha que se tornar um trabalhador agrícola em sua própria terra", uma transformação decisiva das relações de produção começou a ocorrer, levando aos primeiros sinais de um proletariado palestino[26] .

Esse processo ocorreu em meio à violenta oposição dos palestinos. O divisor de águas na sucessão de revoltas foi o levante de 1936-1939. Sua importância reside no fato de que "a força motriz dessa revolta não era mais o campesinato ou a burguesia, mas, pela primeira vez, um proletariado agrícola privado de meios de trabalho e subsistência, juntamente com um embrião de uma classe trabalhadora concentrada essencialmente nos portos e na refinaria de petróleo de Haifa.[27] " O conflito envolveu ataques aos proprietários de terras palestinos, bem como aos colonos ingleses e sionistas, e forçou a Grã-Bretanha a limitar a migração judaica para a Palestina por alguns anos. Embora tenha sido o exército britânico quem atirou, com uma pequena ajuda do Haganah, a

[26] Op. cit., p.3. "fellah" significa camponês.
[27] Op. cit., p.3.

milícia sionista de esquerda, os chefes tribais locais também desempenharam um papel fundamental para acabar com a rebelião.

A "nakba" (catástrofe) de 1948 - a criação de Israel - pode ser vista como o legado dessa derrota. Embora o levante de 1936-39 tenha demonstrado que um proletariado estava começando a surgir na Palestina, a população palestina em Israel ainda era majoritariamente camponesa naquela época. O novo estado usou o aparato legal do mandato britânico para continuar a desapropriação dos palestinos. De acordo com essa lei, os camponeses que fugiam apenas algumas centenas de metros para escapar de um massacre eram considerados "ausentes" e tinham suas terras confiscadas. Entretanto, os poucos que conseguiram permanecer dentro das fronteiras de 1948 foram compensados com direitos de cidadania por sua separação forçada dos meios de produção.

A proletarização do campesinato palestino foi ampliada com a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967. Essa nova onda de acumulação primitiva não assumiu apenas a forma de apropriação de terras. Ela também envolveu o capital israelense afirmando o controle do abastecimento de água da Cisjordânia, cavando poços mais profundos do que os dos palestinos. Como resultado, a população de refugiados palestinos fora da jurisdição israelense foi desvinculada de seus laços com a terra, enquanto apenas uma minoria dos que estavam dentro da jurisdição israelense ainda possuía terras. Em ambas as áreas, a população palestina se tornou amplamente proletarizada.

A supressão da burguesia palestina local

Enquanto a expropriação do campesinato palestino provocou a formação de um proletariado, o surgimento de uma burguesia industrial nativa foi suprimido. Quando existia, ela era irremediavelmente fraca e incapaz de competir com o capital israelense, apesar do fato de que "os salários pagos pelos patrões árabes são ainda mais miseráveis do que os pagos por seus senhores sionistas". Os palestinos dos territórios ocupavam a posição mais baixa no mercado de trabalho israelense, abaixo até mesmo dos palestinos com cidadania israelense. Após a guerra de 1967, os palestinos que trabalhavam em Israel eram considerados colaboradores pelos nacionalistas palestinos[28] . No entanto, as leis israelenses proibiam as empresas palestinas que pudessem concorrer com as israelenses, de modo que até mesmo os nacionalistas mais ferrenhos acabaram reconhecendo que trabalhar em Israel era a única fonte de renda para muitos palestinos.

[28] Em 1973, 52% trabalhavam na construção civil e 19% na agricultura, os setores com os salários mais baixos.

A burguesia palestina se decompôs em três frações[29] . Alguns dos refugiados mais ricos formaram uma burguesia mercantil e financeira no Líbano, na Síria, no Egito e em outros países árabes. A burguesia local, tal como era, consistia em pequenos empresários, donos de oficinas de artesanato e fazendeiros. A supressão do capital produtivo por Israel tornou impossível para a burguesia local desenvolver as forças produtivas. Aqueles que tentaram formaram uma pequena burguesia miserável, compartilhando muitas das mesmas privações e humilhações cotidianas que seus vizinhos proletários nos territórios ocupados, embora não a principal: a separação dos meios de produção[30] . Outros se tornaram uma "lumpen-bourgeoisie", que enriqueceu com a OLP injetando meio bilhão de dólares de ajuda financeira nos territórios entre 1977 e 1985. Seu dinheiro foi gasto exclusivamente em seu próprio consumo individual e, portanto, atraíram o ressentimento do proletariado e da pequena burguesia palestinos. Foi a burguesia deslocada na diáspora que formou a base de classe da OLP e do "estado no exílio" palestino.

"O único representante legítimo do povo palestino

Mesmo quando o pan-arabismo foi derrotado após a guerra de 1967, as sementes de sua renovação (em uma variedade reconhecidamente menos virulenta) germinaram na nova coerência e organização do nacionalismo palestino e da OLP especificamente. Essa situação e a primeira Intifada (1987 - 1993) mantiveram vivas as chamas do antiamericanismo no Oriente Médio e desafiaram a legitimidade da burguesia pró-ocidental em toda a região. No entanto, as ações da OLP, que representava a burguesia palestina exilada, estavam, sem surpresa, muitas vezes em desacordo com as necessidades dos proletários cujas lutas estavam abalando os países produtores de petróleo.

A OLP vs. a autoatividade do proletariado

Sessenta por cento da população palestina acabou em campos de refugiados fora de Israel e dos territórios ocupados. O processo que transformou a maioria deles em proletários também os dispersou pelo Líbano, Jordânia, Kuwait e Síria. Aqueles que migraram para os ricos Estados do Golfo, como o Kuwait, conseguiram obter altos salários, até mesmo em relação aos dos trabalhadores judeus israelenses. A maioria teve menos sorte e se tornou um catalisador de conflitos de classe em toda a região.

---

[29] Consulte "The Palestine Proletariat is Spilling its Blood for a Bourgeois State", *Revolutionary Perspectives*, 20, Winter 2001 (revista da Communist Workers' Organization).

[30] Op. cit.

Foram os líderes árabes (juntamente com a burguesia palestina mercantil e financeira) que ajudaram a criar a OLP em 1964, como um meio de controlar essa diáspora. Devido ao seu fracasso em impedir a nakba de 1948 e sua impotência diante do poderio militar israelense em 1967, a burguesia árabe enfrentou revoltas em seus próprios países.

Jordânia

Na Jordânia, os refugiados palestinos agora estavam armados devido à guerra e superavam em número a escassa população jordaniana. Embora a OLP fosse vista como um Estado dentro do Estado, a população de refugiados palestinos era ingovernável até mesmo para eles. No final dos anos 60 e início dos anos 70, os campos de refugiados estavam armados e eram autônomos em relação à OLP, e não permitiam a entrada da polícia. Além disso, a OLP estava usando a Jordânia como base para ataques a Israel e, portanto, o Estado jordaniano estava exposto a represálias de Israel.

As lutas do proletariado palestino na Jordânia foram extintas pelo massacre do "Setembro Negro" de 30.000 palestinos pelo exército jordaniano em Amã, em 1970. Isso foi facilitado pelo acordo da OLP com o regime hachemita: de acordo com as condições negociadas com o Estado jordaniano, a OLP se retirou de Amã, permitindo assim o massacre dos proletários que permaneceram na cidade.

Líbano

Muitos dos que sobreviveram fugiram para o Líbano, e a burguesia árabe agora se deparava com um proletariado combativo concentrado em campos de refugiados superlotados. 14.000 acabaram em Tel-Al-Zatar, no Líbano, em 1972, uma área industrial que continha 29% da indústria libanesa. Em 1969, os refugiados e outros proletários pegaram armas, ocuparam as fábricas e tentaram transformar Tel-Al-Zatar em "uma zona proibida, a salvo do exército libanês e do Estado"[31] . Enquanto o Estado libanês, tal como era, tentava, ao longo da década de 1970, quebrar o poder da classe trabalhadora, os proletários palestinos, sírios e libaneses participavam de batalhas de kalashnikov com a polícia libanesa.

> A presença de armas permitiu greves que causaram a destruição da vida industrial libanesa[32] .

Havia também um movimento limitado de conselhos de trabalhadores. Devido à fraqueza e à divisão da burguesia libanesa, uma grande greve de trabalhadores do setor

[31] "In Memory of the Proletarian Uprising in Tel-Al-Zatar", *Worldwide Intifada nº 1*, verão de 1992.
[32] Op. cit.

pesqueiro culminou em uma guerra civil prolongada, que se tornou o campo de batalha para as ambições estratégicas concorrentes dos EUA e da URSS, por meio de seus respectivos intermediários, Israel e Síria.

Expulsos da Jordânia, a OLP estava agora tentando criar outro "estado dentro de um estado" no Líbano. Entretanto, eles tinham pouco interesse nas lutas autônomas dos refugiados palestinos para se emanciparem do inferno de sua existência proletária. Em vez disso, eles queriam se manter com a burguesia libanesa e síria. A instabilidade geral e a fraqueza do Estado libanês fizeram com que a força do proletariado tivesse de ser esmagada pelas tropas sírias e falangistas, com a ajuda da marinha israelense[33] . Ainda agarrados a ilusões desesperadas de nacionalismo, os palestinos pediram ajuda à OLP.

Como era de se esperar, a OLP não tinha interesse em ajudar nessa luta, considerando-a um desvio da "luta contra o verdadeiro inimigo, Israel".

> Quando os lutadores pediram ajuda militar para a luta em Tel-Al-Zatar, a liderança do Fatah respondeu: "Al Naba'a, Salaf e Harash não são semelhantes a Aga, Haifa e Jerusalém, que estão ocupadas.[34] "

Ao exercer seu "direito de não interferência", a OLP ajudou a garantir que a revolta fosse esmagada e que a "zona proibida" se transformasse em um cemitério de proletários. Apesar de seu papel na contra-insurgência em Tel-Al-Zatar, a última coisa que Israel queria era um Estado libanês mais forte. Pelo contrário, tanto Israel quanto a Síria procuraram incentivar a "balcanização" do país para melhorar sua posição estratégica. A fragmentação da burguesia libanesa em facções beligerantes forneceu o pretexto para a intervenção dessas potências vizinhas na guerra civil. No caso de Israel, havia um motivo adicional para o envolvimento no Líbano: a presença da OLP.

A busca da OLP por um "Estado dentro de um Estado" não podia coexistir com os imperativos de Israel no Líbano. A presença maciça de palestinos atrapalhou seus interesses estratégicos, e o desejo de Israel de expulsar a OLP levou à invasão de Beirute em 1982. A base do apelo nacionalista da OLP era sua disposição de participar da luta armada contra o Estado israelense. No entanto, sua expulsão da Jordânia e do Líbano mostrou sua fraqueza diante do poderio militar israelense. A humilhante evacuação de Beirute confirmou que eles não haviam conseguido cumprir sua estratégia

---

[33] Os falangistas eram milícias cristãs, apoiadas por Israel.

[34] "In Memory of the Proletarian Uprising in Tel-Al-Zatar", op. cit.

de luta armada. Seguiu-se então um padrão semelhante ao da Jordânia, com a expulsão da OLP abrindo caminho para o massacre falangista de palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, com a ajuda do exército israelense.

A invasão israelense de Beirute também foi humilhante para o "campo anti-imperialista". Com o Egito agora na órbita dos EUA, a Síria era a principal potência pró-URSS na região. No entanto, não só a OLP foi humilhada pela invasão israelense, como também o exército sírio foi forçado a se retirar.

A cada confronto, ficava cada vez mais claro que os palestinos poderiam contar com pouca ajuda dos Estados árabes. As guerras de 1967 e 1973 haviam efetivamente minado o pan-arabismo e confirmado Israel como uma superpotência militar na região. Os países árabes tinham pouca vontade política de atacar Israel. Apesar de sua aproximação com Israel, o Egito foi mais bem-vindo do que a OLP na cúpula de Amã em 1987, o que indica a crescente orientação dos Estados árabes para os EUA. Arafat foi desprezado pelo rei Hussein, e ficou claro que a guerra Irã-Iraque era mais prioritária para os delegados do que para os palestinos. Isso confirmou a percepção generalizada entre os residentes dos territórios ocupados de que ninguém além deles poderia superar a dominação israelense.

A Intifada (1987-93)

A iniciativa da Intifada partiu dos habitantes do campo de refugiados de Jabalya, em Gaza, e não da OLP, que estava sediada na Tunísia e foi completamente pega de surpresa. Foi uma reação espontânea em massa dos moradores de Jabalya ao assassinato de trabalhadores palestinos por um veículo israelense, que rapidamente se espalhou pela Cisjordânia e pelo restante da Faixa de Gaza.

No longo prazo, a Intifada ajudou a promover a reabilitação diplomática da OLP[35] . Afinal de contas, a OLP poderia ser um mal menor do que a autoatividade do proletariado. No entanto, a força da mão negociadora da OLP dependia de sua capacidade, como "único representante legítimo do povo palestino", de controlar seu eleitorado, algo que nunca poderia ser dado como certo, especialmente agora que sua estratégia de luta armada havia se mostrado infrutífera. Isso dificultou a recuperação de

[35] Por volta dessa época, as diferentes facções nacionalistas se unificaram, com a ajuda de mediadores da URSS, e o PCP (Partido Comunista Palestino) tornou-se membro pleno da OLP. Deve-se observar, nesse ponto, que essa reconciliação ocorreu sob pressão dos palestinos nos territórios, que estavam cada vez mais cercados pelos novos assentamentos.

um levante iniciado pelos proletários, que tinham pouco interesse no nacionalismo e que odiavam a "lumpen-burguesia" palestina quase tanto quanto o Estado israelense.

Uma luta de "libertação nacional"?

O boletim *Worldwide Intifada #1*, de 1992, tenta combater a perspectiva convencional de esquerda sobre a Intifada, enfatizando as contradições entre as diferentes classes de palestinos[36] . Embora a perspectiva do *Worldwide Intifada #1* seja obviamente superior ao apoio à "libertação nacional", seu argumento tem algumas fraquezas. Embora a *Worldwide Intifada #1* identifique corretamente o nacionalismo como contendo as "sementes da derrota" para a Intifada de 1987, eles discutem o nacionalismo de forma abstrata, como se fosse algum tipo de truque psicológico aplicado à classe trabalhadora palestina pela burguesia palestina[37] . É verdade que o nacionalismo é uma ideologia. No entanto, essa ideologia é mais do que um mero engano: ela tem poder porque tem uma base material na vida cotidiana.

Entretanto, está claro que muitos elementos dessa Intifada foram muito além do nacionalismo. Embora muitos comentaristas tenham como certo que, desde o início, a Intifada foi uma campanha para a criação de um Estado palestino, os primeiros dias da revolta sugerem o contrário. Quando as IDF interrogaram os primeiros cem desordeiros que prenderam, descobriram que esses proletários eram "incapazes de repetir os slogans mais comuns usados na propaganda de rotina da OLP, e até mesmo o conceito central da luta palestina - o direito à autodeterminação - era completamente estranho para eles"[38] . Que escândalo!

A Intifada como luta de classes e as lutas de classes dentro da Intifada

A subordinação da burguesia palestina assumiu a forma de supressão da acumulação de capital palestino pelo Estado israelense, de modo que a burguesia palestina não conseguiu desenvolver adequadamente as forças produtivas. Embora alguns palestinos estivessem empregados em oficinas, fazendas e pequenas fábricas palestinas, eles estavam confinados a setores que não competiam com o capital israelense. Portanto, uma parte excessiva do dinheiro da burguesia palestina era gasta como receita para consumo pessoal, e não como capital monetário para consumo produtivo. O fato de haver desemprego em massa e pobreza para os proletários, ao lado da riqueza conspícua

---

[36] Ver "Palestinian Autonomy? Or the Autonomy of our Class Struggle?", *Worldwide Intifada #1*, verão de 1992.

[37] Consulte "Intifada: Uprising for Nation or Class?", op. cit.

[38] Relatório da IDF citado no op. cit.

da "lumpen-burguesia", aguçou os antagonismos de classe, que vieram à tona nos primeiros dias do levante de 1987.

Nos primeiros dias da revolta em Gaza, milhares de proletários saquearam as plantações dos proprietários vizinhos. Muitos proprietários foram forçados a publicar reduções drásticas nos aluguéis. Os moradores ricos apelaram para a IDF para proteger suas propriedades. O grito de guerra dos desordeiros era: "primeiro o exército, depois Rimal![39] " Rimal era um rico subúrbio palestino da Cidade de Gaza. Quando as autoridades israelenses emitiram novas carteiras de identidade, a fim de reprimir o levante, essa foi a área que escolheram como um ponto de apoio para testar o esquema. Felizmente, para a OLP, ela estava suficientemente unificada para conquistar um ponto de apoio na revolta, por meio do surgimento da United National Leadership of the Uprising (UNLU). Essa organização estava sediada nos Territórios e, portanto, tinha mais credibilidade como meio de recuperar militantes locais do que a "OLP cinco estrelas" sediada na Tunísia. Portanto, ela estava em melhor posição para tentar transformar a revolta de um ataque a todas as formas de autoridade burguesa em um esforço "nacional" conjunto para criar um Estado palestino em embrião. Entretanto, dada a intransigência do Estado israelense, isso pressupunha tornar os territórios ingovernáveis, uma situação que poderia facilmente sair do controle.

Um mês após o primeiro dia do levante, a UNLU emitiu seu primeiro comunicado, dirigindo-se primeiro à "corajosa classe trabalhadora palestina", depois aos "bravos e militantes comerciantes", e saudando a OLP como a "única representante legítima do povo palestino"[40] . Um ano depois, o proletariado e a pequena burguesia foram reunidos como as "massas heroicas de nosso povo", mas em todos os comunicados, a OLP continua sendo o "único representante legítimo"[41] .

Apesar da suposta unidade entre as classes promovida pela UNLU, a pequena burguesia muitas vezes tinha de ser intimidada para fechar suas lojas nos dias de greve. Às vezes, bastava uma criança do lado de fora de uma loja segurando um fósforo aceso para lembrá-los de que suas lojas poderiam ser alvo de represálias. Também havia pressão dos proletários militantes na linha de frente, que argumentavam: "estamos preparados para abrir mão de nossas vidas pela luta, é pedir muito que os senhores abram mão de

---

[39] Op. cit.

[40] De 'Call no.2 - The United National Leadership for Escalating the Uprising in the Occupied Territories, January 10, 1988' (*No Voice is Louder than the Voice of the Uprising*, Ibal Publishing Ltd., 1989).

[41] De 'Call No.32 - the Call of Revolution and Continuation, January 8, 1989', op. cit.

alguns de seus lucros?[42] " Entretanto, seria um erro supor que a pequena burguesia foi simplesmente arrastada aos pontapés e gritos para a Intifada, embora houvesse um elemento disso. Os proprietários de lojas e oficinas tiveram suas propriedades confiscadas por se recusarem a pagar impostos ao governo militar, e os lojistas de Beit Sahour iniciaram uma "greve comercial" de três meses em protesto contra essas medidas. Para se desenvolver como uma burguesia adequada, eles precisavam de seu próprio estado, com uma quantidade decente de terras. Na prática, em vez de ajudar no desenvolvimento de uma burguesia completa, o confisco de propriedades por recusa de impostos acelerou sua proletarização. As "greves comerciais" muitas vezes tinham o efeito de simplesmente levar os comerciantes palestinos à falência.

Embora, até certo ponto, todas as classes pudessem desempenhar seu papel na desorganização da economia israelense, negando ao governo militar sua receita tributária ou boicotando suas mercadorias, a desorganização mais visível da economia israelense veio da classe trabalhadora. Na greve geral selvagem de dezembro de 1987, 120.000 trabalhadores não compareceram aos seus empregos em Israel. Isso coincidiu com a colheita de cítricos, na qual os palestinos constituem um terço da força de trabalho. Isso custou ao conselho de marketing agrícola israelense US$ 500.000 nos dois primeiros meses da revolta, devido à perda de pedidos para o mercado britânico. Muitos palestinos também trabalharam como diaristas em outro setor importante, o setor de construção civil em ambos os lados da linha verde. Eles eram capazes de realizar o que a OLP e o movimento pela paz só podiam sonhar: interromper a construção dos assentamentos.

A "rebelião das pedras

Há uma história de uma discussão durante a Intifada. Quando alguém tentou afirmar sua autoridade alegando ser um dos líderes da Intifada, um jovem de 14 anos levantou uma pedra e disse: "Este é o líder da Intifada". Lá se foi a UNLU! Os chamados "líderes" foram atacados por palestinos em manifestações em que se tornaram moderados demais[43] . As tentativas atuais da ANP de militarizar a atual Intifada têm sido uma tática para tentar evitar que essa "anarquia" ocorra novamente.

O uso generalizado de pedras como arma contra os militares israelenses representou o reconhecimento do fracasso dos estados árabes em vencer Israel por meio da guerra convencional, muito menos pela "luta armada" da OLP. A desordem civil "desarmada"

---

[42] Citado em Andrew Rigby, *Living the Intifada* (1991, Zed Books).

[43] Por exemplo, compartilhar uma plataforma com o Meretz (um partido israelense de centro-esquerda).

necessariamente descartou "a lógica de guerra do Estado"[44] (embora também deva ser vista como uma resposta a uma situação de desespero, em que a morte como "mártir" poderia parecer preferível ao inferno da situação atual). Até certo ponto, o lançamento de pedras superou o poderio armado do Estado israelense. Para manter o financiamento e o apoio dos EUA, Israel tinha que manter as aparências de uma democracia em apuros, cercada por hordas bárbaras, e matar muitos civis desarmados poderia prejudicar isso, em um momento em que a posição pró-EUA do Egito ameaçava minar o papel de Israel como um ativo estratégico.

Isso não quer dizer que eles se abstiveram totalmente: em meados de junho de 1988, 300 palestinos já haviam sido mortos pela IDF. No entanto, os dilemas pessoais da experiência de confrontar civis desarmados com força letal aumentaram as pressões sobre o moral dos soldados israelenses. Eles deveriam fazer parte desse poderoso exército, que havia derrotado o Egito e a Síria, e aqui estavam recebendo ordens para disparar munição real contra crianças armadas com pedras! Isso contribuiu para o renascimento do movimento de "objeção de consciência"[45] .

As pedras também foram um grande nivelador, pois são uma arma a que todos têm acesso.

O proletariado palestino estava literalmente tomando a luta em suas próprias mãos, depois de anos apelando, sem sucesso, para a burguesia árabe. Na vanguarda da luta estava uma nova geração de jovens proletários, que haviam crescido sob a ocupação. No entanto, ao se transformar de um levante proletário espontâneo em um movimento nacional sob os auspícios da UNLU, a Intifada passou a expressar uma aliança incômoda entre o proletariado e a pequena burguesia.

A resposta da burguesia israelense

Nas décadas de 1970/1980, o governo israelense foi inflexível ao afirmar que não teria nada a ver com a OLP. Esse consenso político incluía a "esquerda" da Peace Now. No entanto, as "ligas das aldeias", flagrantemente fantoches, representavam um fracasso total na criação de uma liderança palestina alternativa com a qual eles pudessem negociar.

A Intifada levou a Peace Now a uma direção mais radical, porque grupos pacifistas menores já estavam estabelecendo vínculos com os palestinos, que geralmente

---

[44] Ver "Future of a Rebellion" (Le Brise-Glace, 1988).

[45] A importância ou o tamanho desse movimento pode ser, e muitas vezes é, superestimado. Ele sempre foi bastante pequeno.

assumiam a forma de apoio "humanitário". A estratégia de longo prazo do campo de paz exigia um "parceiro para a paz", e o fracasso das "ligas das aldeias" fez com que a OLP se tornasse a única opção na cidade.

Além disso, a burguesia israelense estava ficando sem opções, devido à inviabilidade da ideia, cogitada desde meados da década de 1980, de transferir os palestinos em massa para a Jordânia. A Jordânia já tinha seu próprio problema com os palestinos e, no final da década de 1980, a última coisa que o rei Hussein queria era mais palestinos para lidar. Os burocratas palestinos nos territórios ocupados, nomeados pela Jordânia ou por Israel, foram forçados a se demitir ou enfrentar a justiça revolucionária. Se esse era um exemplo de como o regime jordaniano era preferido a Israel por seus futuros súditos, o rei Hussein ficou muito feliz em abrir mão de sua reivindicação sobre a Cisjordânia.

Apesar desses fatores, a ala Likud do governo de unidade era intransigente, mas os EUA estavam sob crescente pressão internacional para encerrar seu boicote diplomático à OLP. Embora os instintos do Likud tendessem à repressão total, havia um limite para o que poderia ser alcançado por meio da força bruta e do terror, dada a crescente pressão dos EUA e a falta de estômago dos recrutas israelenses para uma orgia de assassinatos. Além disso, foi o "Punho de Ferro" que ajudou a criar as condições para a revolta em primeiro lugar.

Quando os EUA concordaram em reconhecer a OLP se houvesse uma redução do conflito, o que implicava o reconhecimento de Israel pela OLP, o primeiro-ministro israelense Shamir foi forçado a fazer concessões. Sua oferta de "eleições livres e democráticas" para delegados palestinos que "negociariam um período provisório de administração autônoma" também foi condicionada à diminuição da agitação.

Embora a OLP tenha reconhecido formalmente o "direito de existir" de Israel já em dezembro de 1988, o processo de reconhecimento da OLP por Israel estava longe de ser concluído. O processo de levar a OLP e Israel à mesa de negociações tornou-se um impasse, nunca indo além de conversas sobre conversas, e a tática israelense de paralisação política (enquanto assassinava palestinos constantemente) parecia estar dando resultado. A economia israelense, amortecida pela ajuda dos EUA, conseguiu absorver o choque inicial da ruptura econômica, mas quanto mais tempo passava, mais a Intifada se esgotava. Com o passar do tempo, a pequena economia palestina que existia estava sendo destruída. Enquanto isso, o capital israelense podia procurar fontes alternativas de mão de obra barata, para superar os palestinos e expulsá-los do mercado de trabalho israelense.

Os islamistas

Também começou a haver uma amarga guerra de território para decidir quem se tornaria o principal cão de guarda nas ruas palestinas. As gangues nacionalistas já estavam ensaiando seu futuro papel como guardiãs da lei e da ordem burguesas e das relações de propriedade privada. Com o esgotamento do levante, o proletariado nos territórios ocupados estava sendo dizimado pela luta de facções e pelos "assassinatos de colaboradores", com mais palestinos sendo mortos por outros palestinos do que pelas forças israelenses na primavera de 1990. Muitos desses "colaboradores" eram saqueadores ou militantes da luta de classes.

Outros envolvidos faziam parte de grupos relativamente novos, o Hamas e a Jihad Islâmica. Em sua tentativa de criar um contrapeso autenticamente palestino para a OLP, Israel incentivou o crescimento da Irmandade Muçulmana no início da década de 1980. Depois que a Irmandade provou suas credenciais contra a classe trabalhadora ao incendiar uma biblioteca por ser um "foco de comunismo", Israel começou a fornecer-lhes armas[46] . Como eles acreditavam que a dominação israelense só poderia ser superada quando os palestinos fossem todos muçulmanos verdadeiramente crentes, parecia que seu crescimento poderia diminuir a resistência à ocupação. No entanto, a Intifada viu a politização dos islamistas, como a Jihad Islâmica e o Hamas. Em suas tentativas de causar impacto e desafiar a OLP, os islamistas organizaram dias de greve contrários ao calendário da UNLU. Essas "greves contra o processo de paz" confirmaram que eles eram "uma oposição autêntica, indígena e de massa" à OLP[47] .

Entretanto, embora o Hamas desejasse minar a OLP, não queria substituí-la. Sua competição mais militante do que o senhor com o Fatah (a ala militar da OLP) tinha como objetivo garantir a si mesmo um papel no caráter do futuro Estado palestino. Eles não apenas rejeitaram o "processo de paz" e sua acomodação com Israel, mas também rejeitaram a própria ideia de um Estado burguês secular. Apesar de sua postura "rejeitadora", o Hamas acabou buscando acomodação com a OLP, pois queria influenciar a forma do Estado palestino.

---

[46] Consulte Andrew Rigby, op. cit. O islamismo é um movimento político modernista que, no entanto, remete a formas pré-capitalistas. Assim, como o fascismo, ele pode se posicionar tanto contra o comunismo quanto contra o capitalismo (sua oposição política ao capitalismo é, na realidade, uma oposição moral à "usura" - os juros). Como as formas de antissemitismo e antiamericanismo, é um pseudo anticapitalismo.

[47] De Graham Usher, *Palestine in Crisis: the Struggle for Peace and Political Independence after Oslo* (Pluto Press, 1995).

Os estágios iniciais da Intifada incluíram um elemento de revolta contra a instituição da família patriarcal. As mulheres palestinas recusaram a invisibilidade social e confrontaram os militares. Em Ramallah, um grupo de meninas apedrejou seus pais quando eles tentaram impedi-las de se revoltar! Para o Hamas, um Estado palestino, por definição, tinha de ser um Estado muçulmano, o que implicava a imposição da lei Sharia para restaurar as formas de "controle social de baixa intensidade" que a Intifada havia questionado.

A Guerra do Golfo

O "processo de paz" foi ainda mais arrastado pela crise do Golfo, que colocou em questão a lealdade dividida de Arafat. Enquanto grande parte da burguesia árabe ficou do lado dos EUA, Arafat não podia se dar ao luxo de fazer isso por causa da posição pró-palestina do Iraque e do apoio em massa dos palestinos ao seu confronto com os EUA. A Guerra do Golfo finalmente minou as ilusões de um "nacionalismo progressista", apoiado pela extinta URSS. Ao mesmo tempo, os ataques de Scud contra Israel reforçaram sua imagem pública no Ocidente como um bastião da democracia em meio a agressivos "Estados párias".

Apesar da nova realidade global após o colapso da URSS, Israel continuou a ser um ativo estratégico vital para o capital dos EUA. Enquanto isso, os poucos estados árabes que haviam se orientado em direção a Moscou tiveram que começar a tentar se realinhar em direção ao Ocidente para obter um novo patrocinador. Quase imediatamente, as burguesias árabes recalcitrantes tiveram a oportunidade de demonstrar sua compreensão da "Nova Ordem Mundial" ao se aliarem à coalizão contra o Iraque. Quase todas as capitais árabes importantes deram esse passo. Cada vez mais, a Guerra do Golfo aparece como um caso em que os Estados Unidos, subitamente liberados das restrições da Guerra Fria, simplesmente demonstraram, nos termos mais brutais e arbitrários, como era completo o seu domínio sobre os campos de petróleo do Oriente Médio. E no momento em que o "Estado-cliente desonesto" foi realmente ameaçado por um levante curdo no norte e uma rebelião xiita no sul, os EUA o deixaram de lado, preferindo um regime árabe que pudessem demonizar e punir periodicamente à possibilidade de ter que esmagar uma revolução social que teria arriscado uma maior intensificação do sentimento antiamericano no Oriente Médio.

A Guerra do Golfo fez parte de uma recomposição geral da classe trabalhadora da região. A expulsão em massa dos trabalhadores palestinos no Kuwait contribuiu para o empobrecimento geral do proletariado palestino, alguns dos quais desfrutavam de

padrões de vida que superavam até mesmo os de seus vizinhos judeus, graças aos salários enviados por parentes no Kuwait.

O toque de recolher geral imposto por Israel durante a guerra aumentou as dificuldades econômicas nos territórios. Isso deu aos chefes israelenses a chance de demitir muitos trabalhadores palestinos com base no fato de que eles haviam obedecido ao toque de recolher, ou que não haviam obedecido ao toque de recolher, ou que deveriam obedecer ao toque de recolher no futuro. Isso, por sua vez, acirrou os antagonismos de classe nos territórios, levando a roubos e à ilegalidade em geral. Durante o toque de recolher, as lojas que eram consideradas excessivamente caras eram atacadas e forçadas a baixar seus preços.

O caminho para Oslo

Com os EUA em uma posição de hegemonia incomparável sobre o Oriente Médio após a Guerra do Golfo e a ameaça da militância islâmica amplamente contida, por enquanto, pelas burguesias locais, principalmente no Egito e na Síria, o único problema que restava para os EUA era o dos palestinos. O apoio popular à primeira Intifada foi, sem dúvida, uma ameaça aos interesses dos EUA, e o "processo de paz" de Oslo, em um nível retórico, foi nada menos que o fim dos anos de conflito e do gerenciamento de crises que as sucessivas administrações dos EUA foram obrigadas a realizar.

Como os aliados árabes dos Estados Unidos haviam passado no teste crucial de lealdade da Guerra do Golfo, a "Nova Ordem Mundial" abriu a possibilidade da redundância de Israel como o principal ativo estratégico dos EUA na região, quando grande parte da burguesia árabe estava aquiescente, e o fracasso de Israel em resolver o problema palestino estava ameaçando a tão propalada nova era de paz burguesa.

Para o Estado israelense, fazer concessões aos palestinos significava a possibilidade de ter de enfrentar sua própria classe trabalhadora. No entanto, como a economia israelense ainda estava cambaleando por causa da crise e da Intifada, eles ainda precisavam da ajuda dos EUA, que poderia ser usada para pressionar o Estado israelense a fazer um acordo com os palestinos.

Em 1989, os EUA ficaram cada vez mais frustrados com a falta de progresso na resolução da Intifada. Israel deveria ser um de seus policiais regionais. Em vez disso, tinha em mãos uma revolta interna que ameaçava desestabilizar a região por causa da diáspora palestina. Shamir não estava em posição de resolver a situação, especialmente agora que o governo de unidade havia entrado em colapso e ele estava sob pressão dos parceiros de coalizão de direita.

Com a eleição de um governo trabalhista comprometido com a aceleração do "processo de paz", o Hamas queria consolidar sua base como a principal alternativa "rejeitadora" à OLP. O assassinato de seis soldados israelenses em dezembro de 1992 por guerrilheiros do Hamas foi a prova de que o cultivo do Islã político por Israel como contrapeso à OLP havia dado resultado, embora não da maneira que eles esperavam. Se a ascensão do Hamas teve efeitos colaterais letais, ela também forneceu um pretexto para que as IDF entrassem com força na primavera de 1993. Gaza foi a maior prejudicada, devido à percepção de seu papel como "base do Hamas".

Como parte dessa onda geral de repressão, Israel também impôs o fechamento "indefinido" dos territórios, usando o pretexto de "antiterrorismo". Isso significou que 189.000 palestinos não puderam trabalhar em Israel. A política de fechamento tem sido usada de forma intermitente ao longo da década de 1990, como "punição coletiva" por atentados suicidas e outros ataques. Após o fechamento dos Territórios Ocupados em março de 1993, que gerou escassez de mão de obra na construção civil e na agricultura, o governo deu sinal verde para a contratação de trabalhadores convidados.

A Intifada, portanto, forçou a burguesia israelense a acabar com o monopólio exclusivo dos palestinos na parte inferior do mercado de trabalho e a encontrar uma fonte menos volátil de mão de obra barata. Dada sua posição arraigada, seria problemático forçar os trabalhadores judeus a desempenhar esse papel. No início da Intifada, os canteiros de obras em Jerusalém tentaram, sem sucesso, recrutar mão de obra judaica pelo dobro do salário palestino normal. Obviamente, os trabalhadores judeus tendem a ser mais leais ao Estado e tendem a se identificar com seus imperativos de segurança. Entretanto, empurrá-los para a parte inferior do mercado de trabalho envolveria uma renegociação do compromisso de classe pós-1967, e já havia uma escassez de mão de obra judaica. Na década de 1980, mais judeus estavam deixando Israel do que entrando.

O colapso da URSS parecia ser a solução, na forma de uma nova onda de imigrantes em potencial. Isso não foi isento de problemas, pois os novos imigrantes queriam ir para os Estados Unidos e, para compensar o fato de estarem presos em Israel, exigiam sua parte do bolo sionista. A parte inferior do mercado de trabalho estava muito longe das carreiras profissionais que muitos deles haviam ocupado anteriormente na URSS.

Além disso, Israel precisava da ajuda dos EUA para absorver os novos imigrantes e, devido à frustração da burguesia norte-americana com a paralisação de Israel em relação aos assentamentos, Bush pai ameaçou recusar os empréstimos em 1991 e deixou claro

que Israel não poderia absorver os novos imigrantes sem algum progresso substancial na resolução da Intifada.

Os imigrantes russos se tornaram um pomo de discórdia na sociedade israelense, devido à percepção generalizada de que eles foram acomodados às custas de outros trabalhadores judeus. A necessidade de acomodar o influxo de imigrantes russos está ligada ao aumento dos aluguéis em "áreas desejáveis", expulsando os judeus mais pobres e aumentando a demanda pela expansão dos assentamentos. Esse ressentimento, combinado com uma ansiedade generalizada sobre a erosão do caráter exclusivamente judaico do Estado, alimentou rumores sobre a falta de autenticidade da "identidade judaica" dos novos imigrantes.

Essas ansiedades foram ainda mais alimentadas pelo uso cada vez mais difundido de trabalhadores convidados não judeus da Europa Oriental e do Pacífico. Principalmente da Romênia e das Filipinas, embora alguns deles sejam da Jordânia e do Egito, os trabalhadores convidados são geralmente empregados por meio de agências como a Manpower. Eles enfrentam condições de trabalho muito ruins, moradia muito precária e há casos frequentes de agressão física por parte dos empregadores[48] . Os passaportes dos trabalhadores são mantidos pela agência como uma questão natural e, portanto, eles estão vinculados ao seu emprego se quiserem permanecer no país. Muitos empregadores retêm o pagamento e mandam deportar seus funcionários se eles tentarem exigir seus salários. Recentemente, os trabalhadores foram obrigados a pagar às agências um depósito que só recebem de volta se concluírem o contrato. Com essas condições, não é de surpreender que muitos trabalhadores migrantes decidam que preferem trabalhar ilegalmente[49] . A maioria dos trabalhadores migrantes do sexo masculino trabalha na construção civil e na agricultura, mas principalmente na construção civil. O setor de construção está sempre querendo empregar mais trabalhadores migrantes e o governo está sempre limitando o número de vistos que emitirá, criando um mercado para os trabalhadores ilegais. Os trabalhadores migrantes trabalham por menos do que os palestinos em Israel e nos territórios e, em um caso, isso levou a um pogrom em uma cidade palestina na Galileia contra trabalhadores ocupantes jordanianos e egípcios.

O enorme desemprego palestino, o desafio de liderança do Hamas e o isolamento de Arafat por seu apoio ao Iraque na Guerra do Golfo contribuíram para o enfraquecimento

---

[48] Documentado por Kav la Oved (Linha Direta dos Trabalhadores).

[49] Há cerca de 100.000 trabalhadores estrangeiros em Israel. Mais de 66.000 trabalham na construção civil (de uma força de trabalho total de 160.000). Na construção, cerca de 51.000 dos trabalhadores estrangeiros são registrados e outros 15.000 são ilegais.

da posição de negociação da OLP. Embora a ascensão do Hamas representasse a política mais rejeitadora da pequena burguesia local, os capitalistas mercantis e financeiros da diáspora estavam mais dispostos a aceitar a oferta do empobrecido Estado palestino. Afinal de contas, eles não precisavam de terras para realizar seus lucros e, ao contrário da pequena burguesia local, não eram confrontados com a realidade diária do governo israelense. Por outro lado, a relativa segurança de sua posição poderia ser colocada em risco se eles se opusessem demais à "Nova Ordem Mundial".



Um carro de polícia incendiado em al-Ludd. Em maio de 2021, Israel declarou estado de emergência depois que os distúrbios em cidades como al-Ludd, com grandes populações palestinas, começaram a se espalhar.

O "processo de paz" de Oslo (1993-2000)

Conhecidos desde o início como os acordos de Gaza e Jericó, os acordos de Oslo foram uma repetição de acordos que a OLP vinha rejeitando há anos. A OLP recebeu Gaza e Jericó para administrar, como primeiro passo. Embora mais terras tenham sido cedidas a contragosto, Israel ainda controla as fronteiras, a política externa, etc. No entanto, o acordo foi tão humilhante para a OLP que até mesmo Israel estava preocupado com o fato de que eles haviam enfiado demais a bota.

> No Cairo, o ministro do meio ambiente de Israel alertou que uma OLP "derrotada" não era mais do interesse de Israel do que uma OLP

> vitoriosa. Quando o senhor torce o braço de Arafat em nome da segurança, tem que ter cuidado para não quebrá-lo. Com um braço quebrado, Arafat não conseguirá manter o controle em Gana e no Egito. Com um braço quebrado, Arafat não conseguirá manter o controle em Gaza e Jericó.[50] '

O acordo tem sido frequentemente comparado ao sistema de "bantustões" que existia na África do Sul. A continuação dos assentamentos e a construção de estradas exclusivas para colonos reforçaram essa semelhança.

A maioria dos grupos nacionalistas palestinos se opôs aos Acordos de Oslo desde o início, mas decidiu manter seu papel de "oposição leal". O Hamas continuou seus ataques contra os israelenses, mas não contra a Autoridade Nacional Palestina (ANP). No início do governo da ANP, o Hamas disse: "Damos as boas-vindas às forças de segurança palestinas como irmãos" e prometeu "reduzir os dias de greve convocados separadamente para aliviar a carga econômica do nosso povo". Os grupos leninistas, principalmente a DFLP (Democratic Front for the Liberation of Palestine) e a PFLP (People's Front for the Liberation of Palestine), têm menos apoio do que o Hamas e parecem ser ineficazes. Eles se opõem a Oslo, mas não defendem a luta ativa contra a ANP ou mesmo contra Israel, pelo menos até o início da Intifada.

A função de policiamento da OLP

Apesar do papel da "oposição leal", a resistência na Cisjordânia e em Gaza não desapareceu simplesmente quando a ANP entrou em vigor. A chegada de Arafat a Gaza, em 1º de julho de 1994, não foi a recepção triunfal de herói que ele esperava, e a ANP correu desesperadamente para tentar despertar o entusiasmo popular em massa com seu retorno do exílio.

Os proletários de Gaza estavam mais interessados nos preços dos produtos básicos. O preço das verduras subiu 250%, devido às condições de exportação relativamente livres dadas aos produtos agrícolas palestinos no mercado israelense, de acordo com o Protocolo de Paris de 1994. Israel ajudou a resolver a situação, fechando imediatamente a Faixa de Gaza e matando palestinos nos tumultos resultantes[51] . O Hamas matou

---

[50] Graham Usher, op. cit.

[51] Houve muitos tumultos, principalmente na passagem de Erez, por causa dos milhares de palestinos que não conseguem chegar a seus empregos no Parque Industrial de Erez, do outro lado da passagem. Em um desses tumultos, um posto de gasolina foi incendiado, ônibus em um estacionamento foram incendiados, 65 trabalhadores palestinos ficaram feridos e dois foram mortos. A nova polícia palestina trocou tiros com o exército israelense e 25 deles ficaram feridos. No mesmo mês, os trabalhadores de Gaza entraram em confronto com a IDF em tumultos por pão.

israelenses em retaliação e a nova ANP denunciou ataques a Israel e se comprometeu a cooperar com Israel contra qualquer ataque futuro. Isso levou quase imediatamente a grandes manifestações de protesto contra a postura da ANP.

Para Israel, a autonomia palestina nas áreas mais populosas significava transferir o ônus político da ordem pública para os ombros de uma burguesia palestina, livre dos freios e contrapesos das formas democráticas de estilo europeu ocidental de Israel. A ANP gasta a maior parte de seu orçamento em segurança (a maior parte do dinheiro destinado à mudança econômica foi "perdida" pela infame corrupção da ANP), com um policial para cada trinta palestinos[52] . Eles trouxeram de volta a pena de morte, que foi usada para encenar execuções públicas de "colaboradores" durante a nova Intifada, e prenderam inúmeras pessoas sem julgamento, geralmente seus oponentes políticos.

Apesar de toda essa repressão dentro das áreas da ANP, houve protestos e greves gerais contra o tratamento dado pela ANP aos militantes do Hamas. Nos campos de refugiados em Gaza, que Arafat sempre foi notoriamente relutante em visitar, houve tiroteios entre a segurança da ANP e os residentes do campo várias vezes durante o verão de 2000, com opositores sendo presos e mantidos sem julgamento. 200 professores abandonaram seu sindicato por serem muito próximos do PNA, criaram um sindicato independente, fecharam as escolas e iniciaram uma longa greve[53] . Muitos deles foram presos. Também recentemente, 20 acadêmicos e profissionais que vivem nas áreas do PNA publicaram e distribuíram um manifesto criticando o PNA.

O processo de paz e a reestruturação do capital israelense

Para o setor da burguesia israelense que buscava acomodação com os palestinos, Oslo representava uma terceira via, entre a acumulação intensiva da década de 1970 e os sonhos expansionistas de um Israel maior. Se não pela conquista, mas por uma maior integração à economia da região, o capital israelense buscaria novas áreas de investimento. Os controles de importação deveriam ser abandonados para aumentar a concorrência, e os grandes conglomerados estatais deveriam ser privatizados, com uma expansão do papel dos subcontratados privados e das agências de emprego. Para o Estado israelense, isso significava disciplinar a classe trabalhadora israelense, ao

[52] Um dos motivos da ênfase na segurança foi acomodar os quadros do Fatah, dando-lhes um trabalho a fazer.

[53] Os professores nas áreas de ANP são mais proletarizados do que na maior parte do Ocidente, já que o salário de professor não é suficiente para sustentar sua existência e eles precisam trabalhar como trabalhadores agrícolas, etc., quando as escolas estão de férias.

mesmo tempo em que transferia o ônus político do controle social da classe trabalhadora palestina para os ombros do novo Estado palestino.

No entanto, a panaceia de Oslo enfrentou a oposição dos proletários, tanto israelenses quanto palestinos. Em 1996, três anos depois de Yassir Arafat e Yitzhak Rabin terem apertado as mãos no gramado da Casa Branca, as tentativas do governo Likud de introduzir a privatização levaram a uma onda de agitação industrial, enquanto a construção de um túnel em Jerusalém provocou tumultos que causaram o maior número de mortes de palestinos em vinte anos de ocupação. No entanto, essas lutas não tinham nenhuma relação, e as tentativas de racionalização econômica representadas por Oslo continuaram praticamente sem obstáculos.

A classe trabalhadora palestina

Oslo deu tempo para que a burguesia israelense substituísse os palestinos baratos, mas perturbadores, por mão de obra mais barata e menos volátil. Milhares de palestinos foram demitidos durante a Guerra do Golfo. Isso foi possível porque eles puderam ser substituídos por trabalhadores convidados, conforme discutido acima. O uso de mão de obra migrante permitiu que Israel impusesse um bloqueio muito mais eficaz nos territórios do que jamais conseguiu na última Intifada. Os bloqueios, que foram impostos quando a ANP chegou ao poder, tornaram difícil ou impossível para os palestinos trabalharem em Israel. Isso ajudou a criar as condições para o desemprego em massa em Gaza, com os trabalhadores tendo que atravessar o bloqueio de alguma forma para se reunirem nos "mercados de escravos" do entroncamento rodoviário em Jaffa, em vez de os empregadores irem buscar os trabalhadores nos "mercados de escravos" nos territórios[54] . No entanto, como Peres afirmou em novembro de 1994, três meses após os tumultos no posto de controle de Erez, "se os palestinos não puderem mais trabalhar em Israel, devemos criar as condições que levarão os empregos aos trabalhadores.[55] "

Isso está sendo feito de duas maneiras principais. Alguns palestinos trabalham nos novos parques industriais, mais dos quais estão planejados para dentro das fronteiras da Jordânia e do Líbano[56] . Muitos outros palestinos trabalham para subcontratadas

---

[54] Nos primeiros dias do governo da ANP, a taxa de desemprego em Gaza chegou a 60% e apenas 21.000 dos 60.000 palestinos que trabalhavam em Israel foram autorizados a entrar em Israel. Após tumultos, Israel fechou a Faixa de Gaza por tempo indeterminado. As taxas de desemprego foram agravadas pelo fato de Quadaffi ter expulsado todos os palestinos da Líbia em um gesto de solidariedade com a OLP!

[55] Citado em Graham Usher, op. cit. Essas medidas são particularmente úteis, pois permitem que as empresas israelenses vendam produtos por meio de subcontratados árabes para os estados árabes que não querem admitir o comércio com Israel.

[56] Mesmo desde o início da Intifada, o governo jordaniano solicitou extraoficialmente que o Ministério do Comércio e Indústria de Israel estabelecesse mais duas zonas industriais na Jordânia

palestinas. As subcontratadas importam matérias-primas israelenses e pagam salários muito baixos. As mercadorias resultantes são vendidas no varejo por empresas israelenses, permitindo que os chefes israelenses aumentem seus lucros devido aos níveis salariais palestinos. Essa nova cooperação entre as burguesias israelense e árabe não apenas piorou as condições de trabalho do proletariado palestino, mas também ampliou a proletarização da pequena burguesia palestina. Por exemplo, os investidores israelenses e palestinos estão atualmente montando um grande parque industrial para produzir laticínios no lado da fronteira da ANP, com a Tnuva, uma das maiores empresas israelenses de alimentos. Isso prejudicará e provavelmente levará à falência a maioria dos produtores de leite palestinos que atualmente empregam 13% dos trabalhadores palestinos nos territórios.

A burguesia palestina aceitou sua subordinação ao capital israelense, em primeiro lugar porque isso lhe trazia lucro e, em segundo lugar, porque um desligamento completo da economia israelense poderia expô-la à concorrência de capitais vizinhos com acesso a mão de obra mais barata. Isso envolveria mais confrontos com a classe trabalhadora. No entanto, as burguesias israelense e palestina (bem como a jordaniana) compartilham um interesse comum em preservar a vasta reserva de mão de obra barata do território, para atrair investimentos israelenses, palestinos e internacionais.

Classe trabalhadora judaica

Embora os palestinos estejam sendo progressivamente expulsos do mercado de trabalho israelense, os trabalhadores convidados não são a solução ideal. Idealmente, o capital israelense precisa impor condições piores à classe trabalhadora judaica. Entretanto, quando o Likud tentou introduzir mais privatizações em 1996, houve um aumento na agitação da classe trabalhadora judaica.

Oslo representa mais uma tentativa de continuar dividindo a economia israelense em empregos com altos salários e empregos casuais mal pagos, e de renegociar o compromisso de classe pós-1967. A tentativa de Oslo de "normalizar" as relações comerciais com o mundo árabe só pode significar que a classe trabalhadora em Israel será exposta à concorrência dos trabalhadores com salários mais baixos nos estados vizinhos. Isso é muito lucrativo, pois seus salários são ainda mais baixos do que os dos palestinos israelenses. O acordo de paz com a Jordânia incluiu acordos que previam a livre circulação de capital, de modo que as empresas israelenses se mudaram imediatamente para a Jordânia para usar a mão de obra mais barata. Isso aumentou o desemprego dos judeus da classe trabalhadora em áreas como Dimona e das

trabalhadoras árabes do setor têxtil no norte, o que levou a uma taxa de desemprego de 8% e crescente.

Além de levar a demissões no setor privado, o acordo de Oslo envolve o aumento da insegurança econômica para os trabalhadores do setor público. Muitos trabalhadores judeus do setor público estão agora com contratos temporários, especialmente mulheres, jovens e novos imigrantes, e há também o uso de subcontratação no setor público, de modo que as condições de trabalho são piores. Os judeus desempregados estão agora sendo forçados a aceitar qualquer emprego, uma experiência que nos é familiar. O Histadrut está cobrindo menos trabalhadores o tempo todo, chamando a si mesmo de "novo Histadrut" e realizando pesquisas sobre os motivos pelos quais as pessoas não confiam nele. Recentemente, houve uma grande greve de um sindicato ferroviário independente exigindo que o Histadrut o reconhecesse. Houve também uma tentativa de criar um sindicato para trabalhadores temporários[57] .

Em uma tentativa de manter a classe trabalhadora judaica em silêncio, essas medidas foram acompanhadas por um aumento no ritmo de construção de assentamentos nos territórios ocupados.

Embora cada novo acordo mediado pelos Estados Unidos inclua uma promessa israelense de parar de construir assentamentos, a burguesia israelense não tem outra opção a não ser ignorar essas promessas para acomodar as necessidades dos trabalhadores judeus. Atualmente, Israel tem tentado evitar esse problema "judaizando" as áreas árabes dentro da linha verde, uma política que levou diretamente ao envolvimento dos árabes israelenses nessa Intifada.

A Intifada do século XXI

Conhecida como a Intifada de Al Aqsa por causa de sua conexão com a visita provocativa de Sharon à mesquita de Al Asqa em setembro de 2000, ela foi, pelo menos no início, como a Intifada de 1987, espontânea, "impulsionada mais pela enorme frustração dos palestinos do que por qualquer decisão estratégica da liderança palestina"[58] . A faísca para a explosão da raiva proletária foi o assassinato de sete palestinos pela polícia israelense de "controle de distúrbios" na mesquita de Al Asqa no

[57] Isso tem a ver com o Kav La Oved (Linha Direta dos Trabalhadores), um dos muitos grupos que surgiram da fragmentação do Matzpen, que apóia trabalhadores vulneráveis nos tribunais, basicamente fazendo tribunais industriais políticos. Eles também divulgam na imprensa coisas como deportações de trabalhadores migrantes e demissões ilegais de trabalhadores palestinos.

[58] Graham Usher, "Palestine: The Intifada this Time", *Race & Class*, Vol. 42, No. 4.

dia seguinte à visita de Sharon - e o assassinato muito divulgado de um jovem de 12 anos no cruzamento de Netzarim, em Gaza. Conforme discutido acima, houve lutas quase contínuas na faixa de Gaza e na Cisjordânia. No entanto, como a revolta mais duradoura desde a última Intifada, essa ganhou o apelido de "Intifada".

Como já discutido, essa luta ocorre após um período de conflito entre o proletariado e a burguesia palestinos. Houve confrontos entre manifestantes e a polícia palestina em Ramallah em setembro de 2000, um mês antes do início da Intifada. Assim, é oportuno para a burguesia palestina que a raiva do proletariado em massa se afaste deles e se volte para "o verdadeiro inimigo", como eles diriam. Além disso, na recente revolta, o Hamas ajudou a restaurar a legitimidade da OLP-ANP junto ao seu eleitorado, unindo-se à NIF, o novo órgão de cúpula de todos os órgãos nacionalistas para controlar a revolta. A polícia palestina baseada no Fatah também ajuda a garantir que o levante siga "a lógica de guerra do Estado", militarizando a luta.

No entanto, assim como a Intifada anterior, o novo levante não está totalmente acorrentado à lógica do nacionalismo ou do apoio às burguesias árabes. Houve protestos em massa em todo o mundo árabe, e não apenas entre a diáspora palestina. Na Jordânia, 25.000 palestinos entraram em confronto com o exército jordaniano, o que levou à proibição de manifestações anti-Israel na Jordânia, e o Egito presenciou os maiores e mais ferozes protestos estudantis desde a década de 1970.

Árabes israelenses[59]

Além disso, houve uma indefinição da linha verde, sendo o maior envolvimento dos árabes israelenses um elemento distintivo dessa Intifada. Os árabes israelenses participaram da Intifada de 1987, mas desempenharam principalmente um papel de apoio aos palestinos nos territórios. Apesar de seus supostos privilégios "democráticos", eles nunca foram totalmente integrados ao Estado israelense. Isso foi enfatizado em 1976, quando vários agricultores palestinos israelenses foram mortos a tiros enquanto protestavam contra o confisco de terras. Esse massacre passou a ser comemorado em greves gerais anuais nesse dia, o "Dia da Terra". No Dia da Terra de 1989, jovens palestinos israelenses bloquearam estradas, jogaram bombas de gasolina em carros de polícia e cortaram canos de água de assentamentos judaicos. Devido a esses incidentes durante a Intifada de 1987, elementos da burguesia israelense começaram a vê-los como

[59] O envolvimento de árabes em Israel não se limitou aos árabes israelenses palestinos. Também houve demissões em massa de soldados drusos (seita árabe que deve servir no exército israelense) da IDF. A aldeia de um soldado druso se recusou a enterrá-lo quando ele foi morto em confrontos com palestinos.

uma Quinta Coluna dentro da Linha Verde e a exigir que o serviço militar obrigatório fosse estendido a eles, de modo a garantir sua lealdade ao Estado. Na Intifada de 1987, os palestinos israelenses enfrentaram apenas balas de plástico. Desta vez, os riscos aumentaram para eles devido à morte de 12 árabes israelenses pelas forças de segurança nos primeiros dias da Intifada.

Na verdade, um dos principais fatores que levaram a essa Intifada foi a luta dos árabes israelenses que estavam sendo despejados como resultado da política do governo de "judaizar" a Galileia[60] . Quase todas as semanas, durante o verão de 2000, houve pelo menos uma demolição de casa nos vilarejos da Galileia e vilarejos inteiros se manifestaram em apoio, o que os colocou em conflito mais ou menos constante com a polícia. Essa política de "judaização" da Galileia incluiu o assédio aos árabes israelenses que estão recebendo auxílio financeiro. Em Nazaré, o escritório foi transferido para mais longe, a documentação das pessoas era constantemente perdida ou manipulada - em um caso, um vilarejo inteiro foi isolado por recusar um trabalho que não lhes havia sido oferecido! Isso levou a grandes manifestações e brigas com policiais. Em um caso, uma multidão de mulheres nazarenas invadiu um escritório de benefícios.

Nos primeiros dias da revolta, vilarejos inteiros da Galileia estavam em greve e a estrada principal que atravessa essa área estava repleta de pneus em chamas. Os árabes israelenses também se mostraram cada vez mais desiludidos com o processo eleitoral. Noventa por cento dos árabes israelenses votaram em Barak na eleição geral anterior, e acredita-se que foi por isso que ele venceu. Na eleição de 2001, houve uma campanha conjunta de "líderes comunitários" árabes para persuadir os árabes israelenses a votar em Barak - qualquer coisa para evitar Sharon - e a resposta foi um boicote eleitoral quase total. Na verdade, a resposta de alguns trabalhadores palestinos israelenses aos "seus" MKs árabes (membros do Knesset, o parlamento israelense) foi expulsá-los dos vilarejos quando eles vieram fazer campanha eleitoral[61] .

Maior descrédito da AP e militarização da luta

O papel da ANP na luta atual deve ser visto como uma tentativa da ANP de controlar e lucrar com a resistência das massas. Ainda há um forte elemento de massa nessa Intifada e a ANP está tentando usá-lo para consolidar - ou ganhar - seu controle sobre a "rua" palestina. A ANP também precisa se certificar de que manterá a lealdade de sua

[60] Essas são as áreas onde os novos imigrantes judeus etíopes geralmente são deixados.

[61] E no verão de 2000, um MK árabe foi recebido com uma saraivada de pedras quando foi falar no campo de refugiados de Al Baqaa (Jordânia).

própria força policial. Muitos dos policiais palestinos são militantes do Fatah. Embora eles não tenham nenhum constrangimento em atacar manifestações contra a AP, podem relutar em atirar quando os palestinos atacam o Estado israelense. Além disso, eles preferem que a raiva do proletariado palestino se volte contra os policiais e soldados israelenses do que contra eles. Conforme discutido acima, o verão de 2000 foi caracterizado por batalhas violentas entre a polícia da ANP e a "rua", após a falta de progresso nos acordos de Camp David entre Arafat e Barak. As lutas decolaram quando a força policial armada do estado tomou o partido das manifestações e disparou contra a IDF. Isso, por sua vez, serviu de pretexto para que a IDF atirasse para matar e para que todo o peso do poderio militar israelense, inclusive os helicópteros de combate, caísse sobre as cabeças da população palestina.

Devido ao papel da ANP, essa Intifada, especialmente quando comparada à "rebelião de pedras" de 1987, é um caso altamente militarizado. Embora os atiradores de pedras de 1987 possam ter descartado "a lógica de guerra do Estado", o mesmo não pode ser dito da força policial palestina paramilitar. Uma consequência disso é o envolvimento de uma seção transversal muito mais restrita da população palestina, sendo que os protagonistas são principalmente homens e têm entre 17 e 25 anos de idade. Outra é um nível muito maior de mortes de palestinos do que na última Intifada, o que permitiu que a OLP recuperasse alguma credibilidade e se livrasse de alguns pobres indisciplinados. Até certo ponto, a transformação de uma revolta popular espontânea em um conflito quase militar reforça o "estado em embrião" da ANP. Afinal de contas, um Estado pressupõe a capacidade de defender suas fronteiras. Por outro lado, a esmagadora superioridade militar de Israel levou elementos da OLP a tentar diminuir a escalada do conflito. Esses elementos procuraram reafirmar o caráter civil de massa do levante

O impacto da nova Intifada

Apesar das tentativas do Estado israelense de substituir os palestinos por trabalhadores convidados, um dos principais efeitos da nova Intifada foi novamente uma queda no setor de construção, devido ao corte da mão de obra palestina barata. Esperava-se que o crescimento econômico de Israel caísse para 2% em 2001, de 6% em 2000. Os preços das casas em Jerusalém já caíram 20% desde o ano passado. Embora muitos desses números tenham sido atribuídos às pressões mundiais de desaceleração econômica, está claro que a Intifada está agravando as pressões globais, quando se considera a redução pela metade do comércio de US$ 2 bilhões por ano de Israel com os territórios. Embora as condições do mercado mundial sejam apontadas como a razão oficial para o declínio

de 50% no investimento estrangeiro deste ano, a Intifada dificilmente atrairá investimentos estrangeiros para Israel. Por outro lado, o setor de start-ups de Tel Aviv ainda está em expansão, indicando a força relativa da acumulação de capital em Israel, protegida de muitos dos imperativos econômicos normais do capital pela ajuda dos EUA de mais de US$ 4 bilhões por ano. Entretanto, essa ajuda é uma faca de dois gumes, pois sua dependência da boa vontade dos EUA limita a liberdade de ação de Israel em seus esforços para esmagar a revolta.

Mesmo antes da derrota eleitoral esmagadora, a Intifada havia colocado o Partido Trabalhista em crise, em parte devido aos problemas intratáveis com os assentamentos discutidos acima. Apesar do papel de Sharon em alimentá-la, a burguesia o reabilitou politicamente. Embora sua reputação de "homem duro" tenha feito dele a escolha natural da direita, os eleitores mais liberais não foram desencorajados por seu status de bicho-papão no clima predominante de emergência nacional.

A nova revolta também levou a grandes mudanças na política externa dos países árabes. Foi-se o tom conciliatório em relação a Israel; mais importante ainda, foi-se também o consenso sobre o Iraque que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha mantiveram desde 1991. Como um dos poucos líderes percebidos do pan-arabismo e defensor entusiasmado dos palestinos, Saddam Hussein está passando por uma reabilitação no Oriente Médio, e o regime de sanções está próximo do colapso. Pelo menos até recentemente, o afastamento parcial de Bush do processo de paz - na realidade, um apoio inequívoco à política israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza - significava que era difícil ver como a atual Intifada poderia ser encerrada rapidamente. A opinião popular árabe estava endurecendo contra os Estados Unidos.

Com a Intifada e o aumento da agitação nos estados árabes, como o Egito e a Jordânia, a burguesia árabe foi forçada a convocar a primeira cúpula árabe em quatro anos e a permitir que o Iraque participasse da reunião. O Egito retirou seu embaixador de Tel Aviv pela primeira vez em 18 anos, e quatro estados árabes encerraram suas relações diplomáticas. No entanto, é importante não enfatizar demais essa mudança - o Líbano e a Jordânia ainda estão interessados em construir os parques industriais financiados em conjunto para aproveitar ao máximo os dividendos da paz - se eles vierem. A Jordânia e o Egito também proibiram as manifestações anti-Israel.

Quanto à burguesia ocidental, ela está dividida quanto à sua relação com o Oriente Médio em geral. Isso foi demonstrado pelo isolamento dos EUA e da Grã-Bretanha quando voltaram a bombardear o Iraque logo depois que George W. Bush se tornou

presidente. Os diplomatas palestinos estão procurando aliados europeus - provavelmente a França.

Por enquanto, a burguesia israelense teve que subordinar sua ambição de longo prazo de "normalizar" suas relações comerciais com o resto do Oriente Médio. Com a eleição de Sharon, isso foi retirado da agenda. No entanto, agora que a burguesia israelense abandonou o "processo de paz"[62] , ela está mais dependente do que nunca da boa vontade do Ocidente, em especial do apoio financeiro dos EUA, que precisa equilibrar seu apoio a Israel com a consideração de seus outros interesses na região. Isso faz com que a política israelense seja muito confusa: enviar os tanques para Gaza em um minuto e retirá-los no minuto seguinte, depois de uma advertência dos EUA. Uma das principais táticas do Estado israelense tem sido o assassinato de líderes palestinos, geralmente do Hamas. A raiva pública em massa entre os palestinos sempre que isso ocorre apenas mostra a extensão do apelo popular do Hamas. No entanto, é mais fácil para a burguesia israelense apresentar esse tipo de violência estatal como legítima do que a matança indiscriminada de crianças (embora pareça não conseguir "eliminar os terroristas" sem matar outras pessoas no processo).

Apesar das limitações impostas às suas ações pelos EUA, o Estado israelense tem conseguido se safar com uma grande quantidade de massacres, graças à falta de uma resposta real da classe trabalhadora. Enquanto a Intifada desencadeou rebeliões de árabes, tanto dentro da Linha Verde quanto em outras partes do Oriente Médio, os trabalhadores judeus parecem estar se identificando com os imperativos de segurança, embora também haja evidências de recrutas descontentes contrabandeando armas "para o outro lado" - o que tem sido atribuído ao abuso de drogas no exército. Obviamente, os atentados suicidas contra ônibus, discotecas, lojas e outras áreas movimentadas reforçam as divisões entre trabalhadores judeus e palestinos. Outros trabalhadores judeus são residentes dos assentamentos, que passaram a ser considerados alvos legítimos dos ataques da guerrilha palestina. Além do uso de todo o poder de fogo do exército israelense contra os proletários dos territórios ocupados, o armamento dos colonos colocou ainda mais proletários contra proletários.

Conclusão: da rebelião à guerra?

[62] E a maioria do movimento pacifista desistiu, porque está "sem um parceiro para a paz".

O "processo de paz" sinalizou o reconhecimento da burguesia israelense de que precisava da OLP para policiar o proletariado palestino. A OLP ficou então presa entre as recompensas por fazer o trabalho sujo e a necessidade de não perder sua capacidade ideológica de recuperar as lutas proletárias. A eclosão da nova Intifada indicou seu fracasso em ambos os aspectos.

Em Israel, as manifestações de resistência da classe trabalhadora à racionalização econômica na década de 1990 foram mais brandas do que em outros lugares, como no Egito e na Tunísia. No entanto, compensar os trabalhadores judeus por sua maior insegurança exigiu a aceleração da construção de assentamentos e, portanto, uma postura de negociação intransigente do Estado israelense em relação aos palestinos. A construção de assentamentos na Cisjordânia foi acompanhada pela "judaização" da Galileia em Israel propriamente dita. Isso significou a intensificação do assédio moral e das demolições de casas contra os palestinos israelenses no período que antecedeu a nova eclosão da Intifada em 2000.

Os sinais de uma escalada da Intifada em um conflito militar de grande escala não levaram à supressão total do levante civil. Alguns setores da burguesia palestina quiseram reafirmar as formas de luta civil de massa para tentar diminuir a escalada da Intifada. No entanto, até o momento, eles não foram capazes de reduzir a escalada. A Intifada levou ao abandono do "processo de paz" pela burguesia israelense, mas sua dependência dos EUA, que tem outras considerações no Oriente Médio, limitou o ritmo em que eles poderiam intensificar a repressão ao levante.

Então, até que ponto a Intifada é uma expressão mediada da guerra de classes e até que ponto é uma luta de libertação nacional? E se os trabalhadores não têm pátria, por que continuam apoiando o nacionalismo? Apontar para o recente ataque dos palestinos às formas estabelecidas de representação política é apenas parte da resposta, porque isso tem sido frequentemente expresso em termos de que os representantes não são suficientemente nacionalistas. Nesse cenário, a crise de legitimidade da OLP não implica a rejeição de todas as formas de representação, mas leva ao apoio das massas a uma forma de representação nacionalista mais militante, por exemplo, o Hamas.

Dada a subordinação da burguesia palestina, muitos palestinos foram obrigados a trabalhar para o capital israelense, seja dentro da Linha Verde ou na construção de assentamentos. Para eles, o governo militar israelense é o rosto do patrão. Portanto, seria possível para eles se identificarem como palestinos, e não como proletários, com os lojistas pequeno-burgueses, que passaram por muitas humilhações e privações

cotidianas semelhantes do domínio israelense. Na ausência de uma revolução, a vida cotidiana deles como trabalhadores poderia melhorar se houvesse uma burguesia palestina que funcionasse adequadamente e que pudesse investir em indústrias para empregá-los, proporcionando, assim, renda para ambas as classes.

Concluindo, os apelos rituais de solidariedade abstrata entre trabalhadores judeus e palestinos ignoram as divisões muito reais que ambos vivenciam em seu dia a dia. O "processo de paz" parecia destinado a erodir parcialmente essas divisões, integrando o Estado israelense ao restante do Oriente Médio. Implícito nesse processo estava um ataque ao enraizamento dos trabalhadores judeus, que os obrigaria a se juntar ao restante da classe trabalhadora da região, embora em uma posição relativamente privilegiada. Isso encontrou resistência da classe trabalhadora, como a greve da Tempo Beers por judeus e árabes israelenses, que foi saudada pela esquerda israelense como um raro exemplo de solidariedade entre as classes judaica e palestina.

Como apontamos em *Aufheben 2*, o apoio em massa ao nacionalismo expressa uma "identidade superficial" de interesses de classe contraditórios[63] . No caso dos trabalhadores judeus em Israel, a posição privilegiada que eles ocupam em relação aos palestinos se deve à combatividade desses trabalhadores. A acomodação dos trabalhadores judeus exige a supremacia do capital israelense em relação aos territórios ocupados. A subordinação da burguesia palestina aguçou os antagonismos de classe nos territórios, o que exige que a burguesia volte a raiva do proletariado exclusivamente contra Israel. Considerando as experiências entre classes compartilhadas pelos palestinos sobre a repressão das autoridades israelenses, parece que a aliança nacionalista entre os proletários e a pequena burguesia é mais forte do que os laços de solidariedade de classe entre os trabalhadores palestinos e judeus. Os ataques

[63] "Yugoslavia Unravelled: Class Decomposition in the "New World Order"", *Aufheben 2* (verão de 1993): O nacionalismo reflete a identidade superficial de interesses que existe entre uma determinada burguesia nacional e o proletariado desse país enquanto persistirem as relações sociais capitalistas. Uma identidade de interesses porque a valorização e a realização do capital fornecem tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores uma fonte de receita com a qual, como sujeitos independentes no mercado legalmente separados dos meios, as mercadorias podem ser compradas para satisfazer as necessidades (embora em uma forma alienada). Superficial porque, embora não se apresente imediatamente como tal, esse processo é um processo de exploração de classe e, portanto, de antagonismo. Na medida em que a burguesia se organiza em nível nacional, e continua a fazer sentido falar de economias nacionais, o proletariado se vê como uma classe universal dividida em linhas nacionais. Enquanto permanecermos derrotados, ou seja, enquanto a forma-valor existir, o nacionalismo poderá se alimentar dessa divisão. O capital pode ser uma unidade, mas é uma unidade diferenciada cuja unidade é constituída pela concorrência em nível internacional. Com a concorrência no mercado mundial baseada no barateamento das commodities, a aceitação de um "interesse nacional" e a realização de sacrifícios para a burguesia nacional podem significar maior exploração para a classe trabalhadora, resignação a uma morte viva ou real como bucha de canhão, mas também aumentam a competitividade do capital nacional no mercado mundial, tornando sua realização mais possível e, portanto, ajudam a garantir a receita futura para ambas as classes.

nacionalistas palestinos visam cada vez mais todas as manifestações da dominação israelense, principalmente os próprios colonos e até mesmo os civis em Israel. O perigo físico que isso cria para os trabalhadores judeus os leva a apoiar os imperativos de segurança do Estado israelense.

Tem havido tendências entre palestinos e israelenses para resistir à sua incorporação nas máquinas estatais opostas e à sua lógica de guerra. Mas, em última análise, o desenvolvimento de tais tendências em um movimento social capaz de sair do impasse dos nacionalismos que se reforçam mutuamente não pode ser encontrado isoladamente dentro dos limites desse conflito. Em vez disso, esse desenvolvimento está ligado à generalização das lutas proletárias no Oriente Médio e, principalmente, no Ocidente. Dependendo da extensão da resistência de classe que ela gera, especialmente em um momento de recessão mundial, a "guerra contra o terrorismo" abre pelo menos a possibilidade de tal generalização.



Tumultos em al-Ludd. Muitas comunidades palestinas dentro das fronteiras de Israel em 1967 participaram das revoltas. Quando Netanyahu declarou estado de emergência em maio de 2021, foi a primeira vez desde 1966.